Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública

Ciberativismo em defesa do parto humanizado
e da descriminalização do aborto:
as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos

Raquel de Almeida Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde, ciclos de vida e
sociedade. Saúde materno-infantil.

Orientador: Prof. Dr. Ivan França Junior.

São Paulo

2013

Ciberativismo em defesa do parto humanizado
e da descriminalização do aborto:
as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos

Raquel de Almeida Marques

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Saúde Pública para obtenção do
título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Saúde, ciclos de vida e
sociedade. Saúde materno-infantil.

Orientador: Prof. Dr. Ivan França Junior.

São Paulo

2013

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que tiveram seus direitos sexuais ou reprodutivos aviltados. Este trabalho é uma contribuição minúscula, mas sincera, para que a má experiência que vocês viveram não se repita jamais.

Agradecimentos

Este trabalho é a finalização de uma etapa na minha vida que, de nenhuma forma, eu poderia imaginar dez anos atrás. Olhando para minha história, foram necessárias tantas coincidências, pessoas, experiências, conhecimentos e oportunidades para que esta tecnóloga em processamento de dados, cartesiana e com foco no mundo corporativo pudesse estar hoje realizada em questões relativas à saúde pública e direitos humanos que os agradecimentos serão longos e, certamente, incompletos.

Em primeiro lugar agradeço aos professores Ivan França Junior e Carmem Simone Grilo Diniz, bem como a todos os professores do departamento materno-infantil, por terem acreditado em mim e no meu projeto. Ivan, sei que não fui uma orientanda fácil e, se isso não bastasse, os últimos anos foram especialmente desafiadores para mim. Agradeço infinitamente sua paciência e confiança para que eu pudesse desenvolver este trabalho no meu tempo. Sua experiência e rigor científico tornaram a experiência ainda mais rica e significativa. Tenho noção do quão privilegiada sou por ter sido sua aluna e aprendiz de feitiçeira tendo tão competente orientador.

Agradeço aos professores Eugênio Rondini Trivinho, Elizabete Franco Cruz, Angela Maria Belloni Cuenca, Jacqueline Brigagão e Marcia Couto pelo apoio generoso na minha qualificação e pré-banca. Suas recomendações foram valiosíssimas. O cuidado e acolhida na maneira em que deram suas orientações tornaram-se força para seguir a pesquisa com ainda mais afinco. Gratidão.

Agradeço aos funcionários e às funcionárias da Faculdade de Saúde Pública, em especial ao Leandro Cleto, pelo atencioso suporte durante toda a jornada.

Agradeço de maneira especial a Denise Niy, Ana Franzon, Heloisa Salgado, Debora Delage, Sandra Souza, Bia Fioretti, Bartira Gorgulho, Daniela Canella, Andrea Gilberti, Fabio Mazza, Hugo Fanton, Sabrina Viana, Ludmila Carvalho, Thiago Marques Leão, Ana Bortoletto, Claudia Barros, Eliana Zucchi, Gabriela Castro e tantos outros que me acompanharam em diferentes momentos no mestrado e tornaram minha vida na Faculdade de Saúde Pública muito mais agradável.

Agradeço à amiga Cláudia Castilho a quem eu devo o ‘Eureka!’ que me fez considerar a pós-graduação na Faculdade de Saúde Pública.

Ao José Aquino e à Carol Olival, por tudo e por tanto que sequer consigo nomear.

Agradeço a todas as amigas militantes em saúde reprodutiva com quem tanto aprendi nos últimos doze anos e que me levaram a querer pesquisar o tema. Em especial agradeço a Ana Cristina Duarte e Angelina Pita que deram atenção às suas experiências negativas e sonharam, iniciando um ecossistema que tornou a realidade de tantas pessoas muito mais rica com a possibilidade de viver a gestação e parto

com empoderamento. Agradeço também as companheiras da militância, Daniela Bueno, Luiza Naked, Roselene Araujo, Patricia Merlin, Roberta Marcinkovski, Bettina Lauterbach, Ana Keunecke, Fabiola Cassab, Ana Basaglia, Ingrid Lotfi, Ana Paula Caldas, Adriana Natrieli, Adriana Cerqueira, Catia Chuba, Andrea Campos, Clarissa Kahn, Cris Kiki, Debora Regina Diniz, Éllade França, Mariana de Mesquita, Mariana Bettioli, Priscila Cavalcanti, Ricardo Jones, Jorge Kuhn, Rosana Oshiro, Rose Steinmetz, Simone Oliveira, Thais Saito, Vanessa Rosa, Vanessa Strauss, Ana Thomaz, Analy Uriarte, Anna Galafrio, Bianca Zorzam, Bela Josie, Mariana Lettis, Camila Goytacaz, Camila Schneck, Catherine Crema, Cris Toledano, Denise Araujo, Fabiolla Duarte, Gisele Ferreira, Gisele Leal, Janie Paula, Jamila Maia, Katia Raele, Irene Nagashima, Lara Werner, Lucia Braga, Luciana Benatti, Luciana Carvalho, Meire Shiraishi, Michelle Prazeres, Milena Codato, Monica Duque, Patricia Russo, Paula Zanirato, Relze Fernandes, Priscila Ferri, Raquel Honig, Rita Achkar, Marilia Vilela, Carla Raiter, Caroline Ferreira, Fernanda Picosse, Clarissa Homsí, Renata Corrêa, Renata Leão, Milena Codato, Felicitas Kemmsies, Ligia Sena, Andrea Fangel, Thais Bárral, Thielly Soengas, Julia Panessa, Juan Sebastian, Natalia Coltri, Camila Moraes, Isadora Canto, alunas do curso de doulas e educadoras perinatais, obstetrizes da EACH e tantas outras pessoas queridas que muito me ensinaram em nossa convivência, nossos erros e acertos.

Agradeço à Vilma Nishi que esteve ao meu lado quando vivenciei na carne a luta a que tanto me dedico e que culminou neste trabalho, aceitando ser a parteira que me auxiliou nos dois partos domiciliares que tive.

Agradeço ao João Carlos que me proporcionou, através do conflito, a energia que transmutei em realização e progresso.

Agradeço ao Gabriel e ao Bruno, mestres e espelhos, estímulo contínuo para que eu me torne um ser humano melhor.

Agradeço ao meu pai, irmãs, cunhados e todas as pessoas queridas que torcem por mim sempre.

Agradeço à vida por mais esta alegria.

O corpo é uma realidade biopolítica;
a medicina é uma estratégia biopolítica.

Michael Foucault

RESUMO

Ciberativismo em defesa do parto humanizado e da descriminalização do aborto: as diferenças na defesa dos direitos reprodutivos

Parto e aborto fazem parte do escopo dos direitos reprodutivos e existem diversas organizações que trabalham estas questões, seja entendendo-os como uma questão de saúde e direitos humanos, seja focada em uma ou outra pauta especificamente. A defesa destes dois direitos possuem inúmeras similaridades em sua forma de articulação, rede de apoio e discursos, mas em alguns momentos se afastam. Este trabalho tem o objetivo analisar exclusivamente as diferenças no ciberativismo de movimentos organizados da sociedade civil em defesa do parto humanizado e pela descriminalização do aborto. Através das informações publicadas nos sites e utilizando análise de conteúdo, foram analisadas as categorias religião, classe social, mortalidade e consumo. Avaliando o conteúdo dos nove sites analisados concluímos que religião e classe social são pouco mencionadas quando relacionadas ao parto, mas frequentemente mencionadas na discussão pela descriminalização do aborto. A mortalidade materna é uma preocupação nas duas causas e a questão do consumo está mais fortemente relacionada ao movimento do parto humanizado.

ABSTRACT

Cyberactivism in defense of humanized childbirth and the decriminalization of abortion: differences in the fight for reproductive rights

Childbirth and abortion fall under the scope of reproductive rights, and a number of organizations address these issues, by understanding them both as a public health and human rights issues, or by focusing on one or the other specifically. The defense of these two rights has numerous similarities: similarities in terms of how they are articulated, their support networks, and discourse. However, on some occasions they drift apart. This study aims to analyze – not the similarities – but the differences of the cyberactivism in defense of humanized childbirth and decriminalization of abortion practiced by a number of organized groups in society privileging one of these issues. Through the information published on websites and using content analysis, this study focuses on the following categories: religion, social class, maternal mortality, and consumption. Evaluating the content of nine websites this study found that religion and social class are mentioned little when related to childbirth, but often mentioned in discussions for the decriminalization of abortion. Maternal mortality is a concern expressed in both causes and the issue of consumption is more closely related to the movement of humanized childbirth.

ÍNDICE GERAL

1. APRESENTAÇÃO.....	11
1.1. Minha trajetória	13
2. INTRODUÇÃO.....	16
2.1. Ciberativismo	16
2.1.1. O que é ciberativismo?	16
2.1.2. Ciberativismo na academia	17
2.1.3. Ciberativismo em saúde	18
2.2. As questões de gênero e os direitos reprodutivos	20
2.2.1. Por que comparar as diferenças entre parto e aborto?.....	20
2.2.2. Ativismo pró-aborto	23
2.2.3. Ativismo pró-parto humanizado.....	25
3. OBJETIVO	28
4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
4.1. Seleção dos objetos de estudo	32
4.1.1. Desafios na Seleção.....	32
4.1.2. Critério de Seleção	33
4.1.3. Tamanho da amostra	34
4.1.4. Um problema com muitos nomes.....	34
4.1.5. Processo de seleção	35
4.1.6. Seleção dos movimentos	35
4.2. Apresentação dos movimentos.....	36
4.2.1. Aborto: Católicas pelo direito de decidir	36
4.2.2. Aborto: Comissão de cidadania e reprodução.....	38
4.2.3. Aborto: Aborto em debate.....	39
4.2.4. Parto: Amigas do Parto	40
4.2.5. Parto: Parto do Princípio	42
4.2.6. Parto: Parir é natural.....	42
4.2.7. Direitos reprodutivos: CFEMEA	43
4.2.8. Direitos reprodutivos: Blogueiras Feministas	45

4.2.9. Direitos reprodutivos: Cebes	46
5. ANÁLISE	49
5.1. Os movimentos um a um.....	49
5.2. Nuvem de termos	52
5.3. Conteúdo dos sites.....	55
5.4. Consumo.....	58
5.5. Classe social	59
5.6. Mortalidade	61
5.7. Raça.....	62
5.8. Religião	62
6. DISCUSSÃO	64
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
8. BIBLIOGRAFIA	71

1. APRESENTAÇÃO

“Nada é mais importante para o desenvolvimento hoje do que a participação econômica, política e social das mulheres”

Amartya Sen

Em 2010, formulei um pré-projeto para a seleção do curso de mestrado em Saúde Pública, tendo o objetivo de mapear, sistematizar e problematizar a articulação política na internet com foco em mudanças nas políticas públicas em saúde reprodutiva que deram origem à rede “Parto do Princípio”.

A ideia era investigar as dinâmicas internas do movimento, avaliando seus processos de organização e liderança e compreender os mecanismos que levavam as pessoas a aderir ou se afastar do movimento bem como os fatores críticos de sucesso nos projetos desenvolvidos. Esta proposta visava ainda realizar um estudo científico que pudesse ser uma referência para as redes militantes para a maximização dos resultados em suas mobilizações online.

Durante o processo do mestrado fui amadurecendo a proposta de pesquisa e me identificando cada vez mais com a problemática de gênero, os direitos humanos, e o contexto da mulher em seus mais variados aspectos, com ênfase em questões de violência. Tal trajetória foi me afastando aos poucos dos vieses técnicos, tecnológicos e gerenciais do ativismo na internet e fui me aproximando das questões do discurso, sociológicas, políticas e históricas.

Assim, em vez de pesquisar como as redes estão utilizando a internet para atingir seus objetivos políticos, passei a focar meus esforços para compreender os movimentos a partir de sinais obtidos de suas ações online.

Após idas e vindas, a pesquisa concentrou-se em compreender o enquadramento dado a dois extremos da militância em defesa dos direitos reprodutivos, utilizando como material de pesquisa sua articulação online: o movimento em defesa da descriminalização do aborto e o movimento em defesa do parto humanizado. As duas bandeiras possuem muitas similaridades, mas também intensas diferenças. Ambas estão relacionadas à vida sexual e reprodutiva de mulheres e posicionam-se por uma mudança de paradigma, são contra hegemônicas. Além disso, os dois movimentos encontram resistências institucionais e culturais, embora respaldados como medidas importantes na preservação da saúde materna (1,2).

Contudo, as semelhanças das bandeiras não são suficientes para fazer com que a mobilização seja realizada conjuntamente. Basta uma pesquisa preliminar

no Google utilizando termos relacionados às duas causas para verificar que cada um delas tem suas redes de articulação com perfis, tamanhos, militantes, argumentos e estratégias que pouco se tocam. As defesas por este ou aquele movimento não costumam partir dos mesmos argumentos, ainda que estejam no mesmo escopo dos direitos reprodutivos. Assim sendo, quais os impactos destas diferenças no enquadramento dado pelos movimentos aos direitos reprodutivos?

A pesquisa acima descrita foi realizada em quase três anos, se considerarmos a fase de esboço do projeto para a seleção na pós-graduação e todo o decorrer do programa de mestrado, e foi organizada como uma dissertação estruturada em sete capítulos:

O primeiro se refere à **Apresentação**, na qual apresentamos as justificativas e o processo de construção do problema de pesquisa a partir de experiências anteriores com o tema.

No **segundo capítulo** é feita introdução incluindo um panorama sobre o ciberativismo, situando o leitor no que tem acontecido a este respeito do mundo e dentro da academia, e é apresentada a justificativa do recorte deste trabalho detalhando o contexto das questões de gênero e direitos no ciberativismo e qual a problemática que se apresenta ao dar foco na comparação entre a articulação em defesa dos direitos sexuais e reprodutivos. É também desenvolvida a ideia dos múltiplos desdobramentos da questão, considerando a interseccionalidade de cada movimento.

No **terceiro capítulo**, é apresentado o objetivo do trabalho.

No **quarto capítulo**, é apresentada a abordagem metodológica da pesquisa.

No **quinto capítulo**, são apresentados os movimentos que farão parte deste estudo, os atores envolvidos, suas características, visões do problema e justificativas.

No **sexto capítulo**, são realizadas a apresentação e discussão dos resultados.

As considerações finais, **sétimo capítulo**, apresentam uma síntese reflexiva das análises, com o intuito de resgatar os objetivos da pesquisa, permitindo a identificação de contribuições para o campo, inclusive a partir da formulação de sugestões, outros questionamentos e possibilidades de ampliação futura deste estudo.

1.1. MINHA TRAJETÓRIA

Minha história pessoal se encontra de várias maneiras com o objeto a que me propus pesquisar. Falar de ciberativismo já é falar de algo interdisciplinar: política, sociologia, tecnologia, direito e comunicação são os pilares deste fenômeno. O recorte escolhido, dando ênfase à saúde sexual e reprodutiva, inclui ainda questões de saúde, culturais, históricas, sociais e também políticas.

Eu talvez tenha sido da primeira geração que ainda adolescente, em 1989, teve um computador pessoal em casa e transformou este então objeto de trabalho em instrumento de lazer e comunicação pessoal. Eram tempos de sites estáticos hospedados na Geocities e alguns fóruns de discussão. Daquela época trago a experiência em conectar pessoas em qualquer lugar do mundo que estivessem em sintonia comigo: as fronteiras tornaram-se mais tênues e formas não físicas de relacionamento, mas mediadas por computador, foram tornando-se comuns.

O contato precoce com os bits e bytes me levaram a cursar a graduação em Tecnologia em Processamento de Dados, depois de uma passagem de dois anos pelo curso de Economia. Também nesta indecisão entre cursos está a origem de um conflito entre a minha necessidade de entender a sociedade e comportamentos, inicialmente através da economia, em oposição à curiosidade técnica e pragmatismo do mercado profissional possibilitados pela tecnologia. Estas duas forças, que em um primeiro momento acadêmico eram excludentes, só tornaram-se sinérgicas na minha trajetória ao conectar ambas no estudo da cibercultura.

Tempos depois, em 2001, com a internet mais madura e com grupos de discussão que existem até hoje (como o Yahoo Groups), encontrei a rede ativista que foi o fio da meada que me arrebatou até aqui. Recém-casada, desejando filhos e pesquisando sobre gestação, encontrei o site Amigas do Parto. Aquele conteúdo (que existe até hoje em www.amigasdoparto.com.br) fez um enorme sentido para mim que sentia necessidade de viver o parto como um evento fisiológico e íntimo. Os filhos demoraram bastante a chegar, o primeiro menino nasceu em 2006 e o segundo em 2007, mas eu me aproximei do movimento imediatamente.

Desde meu primeiro contato com aquelas mulheres que discutiam direitos reprodutivos, um novo mundo foi se descortinando. Mulheres sem, necessariamente, carreira acadêmica ou médica buscavam informações em bases científicas e discutiam revisões sistemáticas da literatura sobre os mais diversos temas relacionados a saúde reprodutiva; histórias de logros causados por médicos que inventavam diariamente razões sem fundamento para a realização de partos cirúrgicos; reflexões sobre a história da obstetrícia e antropologia do nascimento;

relatos de partos vividos com alegria ou nem tanto que sempre nos emocionavam, trazendo vida, nome e rosto a tantos dados científicos que colecionávamos.

Em 2005, esta articulação que visava apenas informação e troca de experiências se organizou na forma de uma rede de apoio ao parto criada pelas usuárias dos serviços de saúde, chamada “Parto do Princípio”. Os objetivos iniciais eram identificar profissionais de saúde que praticassem medicina baseada em evidências científicas para recomendar às gestantes que chegavam diariamente pedindo ajuda para fugir de uma cesariana desnecessária e indesejada; criar grupos regionais de apoio à gestação e parto com encontros semanais em todo o país; e representar as usuárias do sistema de saúde público e privado nos pleitos em defesa de direitos.

Deste movimento participei de sua organização e lançamento, sendo este coincidente com o nascimento do meu primeiro filho. Desde então minha militância deixou de ser tão próxima e constante, fato que abriu espaço para a análise e crítica do ativismo que praticávamos. Olhando a rede de fora, pude acompanhar com interesse, mas sem envolvimento intenso, os erros e acertos na mobilização, as dificuldades na condução de um trabalho totalmente voluntário, os ciclos de renovação entre as militantes e ouvir, nos bastidores, comentários sobre sonhos, necessidades e expectativas das pessoas que se engajavam, investindo no ativismo horas roubadas do trabalho, lazer ou família. Também vi muitas mulheres se afastarem do movimento por diversas razões. No decorrer de vários anos, fui colecionando histórias, hipóteses e muito interesse em compreender o que acontecia ali.

Paralelo a isso havia um desejo latente de cursar a pós-graduação para me habilitar plenamente à carreira acadêmica. Professora convidada de cursos de pós-graduação relacionados à tecnologia, gestão e inovação, perdi várias oportunidades de assumir cadeiras permanentes por não estar devidamente habilitada. Durante muito tempo procurei o caminho desta minha continuidade acadêmica, mas não encontrava nas faculdades de engenharia, matemática ou administração assuntos que fossem realmente relevantes ao meu interesse a ponto de eu me dedicar em uma pesquisa por vários anos. Ainda que minha origem profissional tenha sido dentro da área de tecnologia e gerenciamento, não é ali onde mora meu coração nem meu real interesse. E quando, em uma conversa com a Claudia Castilho em um restaurante ao lado do Mackenzie, compreendi as possibilidades interdisciplinares que uma pós-graduação *stricto sensu* guarda, não tive dúvidas e sai de lá com o esboço deste projeto em mente. O campo de estudo pelo qual procurei tanto estava, finalmente, claro: o ciberativismo.

Contudo, uma reviravolta pessoal iniciada no meu primeiro mês de mestrado foi, naturalmente, levando o meu olhar para a problemática de gênero, as

diversas formas de violência contra a mulher e as muitas dificuldades que as mulheres ainda vivem em todas as esferas de suas vidas em decorrência do patriarcado e suas consequências na vida sexual e reprodutiva. Uma separação litigiosa e que parecia interminável envolvendo duas crianças pequenas me fez vislumbrar, ainda que de forma ainda bastante privilegiada, o cotidiano de um imenso contingente de mulheres que lideram famílias monoparentais. Do dia para a noite eu, que sempre tive uma trajetória educacional, profissional e financeira privilegiada, me dei conta que estava percorrendo um caminho comum e frequente, uma história universal, de mulheres que veem suas rotinas serem apenas uma busca de sobrevivência e cuidados dos filhos após um relacionamento abusivo.

Não há como viver esta experiência sem desenvolver profunda identificação tanto pelas mulheres que mantém sozinhas suas famílias como por aquelas que acabam se submetendo ao ciclo de violência por acreditarem não terem recursos para sobreviverem fora disso, dada a autoestima dizimada. Tal experiência, aliada a todo referencial teórico do curso, levou-me para longe dos aspectos técnicos ou tecnológicos relativos à cibercultura e tornou-se campo fértil para que temáticas referentes a direitos humanos, violência contra a mulher, bandeiras feministas, apoio ao desenvolvimento econômico feminino, construção social e cultural das relações de gênero, além de articulação política, fossem fervilhando em minha mente para algum lugar cujo destino final ainda desconheço.

Toda trajetória dentro da Faculdade de Saúde Pública só veio corroborar a escolha tanto do tema da pesquisa quanto do local escolhido para realizá-la. Acredito que poucos ambientes acadêmicos possibilitariam uma acolhida tão adequada às inquietações que carrego e aos interesses de pesquisa que trago. Muitas portas de conhecimento se abriram desde 2011, muitas ideias e possibilidades, pesquisadores puxando improváveis (para mim) fios nesta meada, além de artigos e teorias descortinando novos mundos. Hoje estou convicta de que este trabalho é só o começo de um longo caminho de pesquisa, troca e produção científica acerca de questões da cibercultura, política, ativismo, feminismo, direitos humanos, sexuais e reprodutivos.

Evoé!

2. INTRODUÇÃO

"Você nunca sabe que resultados vêm de suas ações,
mas se você não fizer nada, não existirão resultados."

Mahatma Gandhi

2.1. CIBERATIVISMO

2.1.1. O que é ciberativismo?

Quando pesquisamos por movimentos políticos realizados pela internet, vários termos são utilizados para designar esta ainda recente forma de mobilização. A forma mais comum de se referir a este tipo de ação é através do termo ciberativismo (ou *cyberactivism*, em inglês) (3–11). Contudo outros termos também foram identificados na literatura embora nem todos guardem total semelhança de significado com a palavra ciberativismo: cibern militância (12–18), ciberdemocracia (19–23), ativismo digital (17,24,25), *slacktivism* (26–30), *clickvitism* (5,30–36), cibercidadania (24,37–45) ou e-democracia (18,46–55).

Ao adicionar prefixos ou adjetivos como ciber, click, digital ou eletrônico às palavras democracia, ativismo, militância ou cidadania podemos ter a impressão que a internet fundou algo novo nos dias atuais. Contudo, como bem frisa Castells, a tecnologia não pauta a sociedade, mas o inverso é verdadeiro. Na medida em que a tecnologia é feita por e para todos nós, a forma como a ela é utilizada reflete valores, necessidades e interesses(56). Mas podemos dizer que as redes, que existem desde quando o homem se articula em grupos e sempre foi uma forma de organização na vida privada, são inovadoras quando pensamos nelas como estratégia de mobilização e luta. Historicamente, exércitos e corporações sempre se estruturaram de forma hierarquizada e, hoje, através da internet, grupos têm utilizado formas descentralizadas de organização. Isso é novo e certamente influencia na forma, velocidade e maneira com que estas organizações surgem e se apresentam ao mundo, bem como exige uma grande mudança na forma de atuação daqueles que pretendem se contrapor a estes movimentos.

Para alguns autores, o ciberativismo não passa de uma forma de marketing de causas sociais (57) para adoção de políticas públicas, conscientização e suporte público.

Entretanto há quem o entenda como mais abrangente. Segundo Baringhorst, o uso da internet como forma de mobilização e protesto tem diferentes funções (58):

1. Função logística em mobilizações para protesto;
2. Função cognitiva para a produção de conhecimento e comunicação;
3. Função afetiva na formação da comunidade virtual;
4. Função tática no uso da internet como arma e alvo em protestos;
5. Função de organização social de uma rede geograficamente ampla.

A democracia implica diálogo, movimento e embate. Assim sendo, as novas formas de mobilização social criadas pelo e para o mundo digital, embora não necessariamente sejam defensoras de ideais democráticos, criam a fluidez que permite que políticas, ações, leis, programas e posições estejam continuamente sendo questionadas e permaneçam abertas a mudanças (59).

2.1.2. Ciberativismo na academia

Apesar de sua potencial relevância na compreensão do contexto político contemporâneo, o tema é ainda muito pouco explorado. Pesquisando a palavra “ciberativismo” no banco de teses da USP em 08/02/2012, na opção pesquisa simples para obtermos o maior número de retornos possível, alcançamos apenas 10 trabalhos que mencionam a palavra em seu título, corpo ou bibliografia.

Uma pesquisa realizada na Plataforma Lattes em 08/02/2012 com a palavra “ciberativismo”, considerando todos os participantes da produção científica (doutores, mestres, estudantes, técnicos, etc) retornou 125 pesquisadores no país com alguma menção a este termo em seu currículo. Destes, 51 são doutores (restrição base de dados = “doutores”) e 37 são mestres (restrição base de dados “demais pesquisadores” e filtro formação acadêmica = “mestrado”). Se considerarmos que estas menções não significam necessariamente pesquisadores dedicados ao tema mas, eventualmente, participação em bancas, participação de mini-cursos em congressos ou participação de grupos de pesquisa que envolvam o tema uma produção científica isolada, o número que podemos considerar é ainda menor.

No banco de teses da USP, dada uma mudança na plataforma, a pesquisa não pode ser reproduzida em 19 de março de 2013. Uma busca utilizando os mesmos critérios mostrou apenas quatro trabalhos produzidos com o termo ciberativismo, o que implica em algum problema no processo uma vez que este número jamais poderia ter decrescido.

Na plataforma Lattes a mesma pesquisa de 2012 foi realizada em 28 de julho de 2013 foram localizados 82 doutores (de um universo de 186.698) e 65 (de um universo de 351.716) mestres. Um crescimento de 60% nas menções aos doutores e 75% nas menções aos mestres em 17 meses. Considerando a produção científica de todos os agentes localizamos 210 pesquisadores envolvidos com o tema.

Este cenário mostra o crescente interesse acadêmico no estudo do ciberativismo, o que me parece interessante, pois acredito que esta forma de mobilização e articulação será cada vez mais utilizada na defesa de direitos pelas organizações civis.

2.1.3. Ciberativismo em saúde

No modelo ocidental de atendimento à saúde, os médicos são os principais detentores do poder e os únicos autorizados a interceder no corpo, com algumas exceções em escopo específico e bastante reduzido a outros especialistas. De toda forma as decisões sobre o corpo, mesmo que seja o próprio corpo, há muito dependem do aval de um profissional técnico e legalmente habitado para a função. Tal cenário traz o conflito que desautoriza e desempodera as pessoas em seus cuidados e decisões pessoais, seja por restrições legais seja pela falta de conhecimento. Contudo, com o advento da internet, as pessoas passaram a ter maior facilidade de acesso à informação e conhecimento especializado. Tal mudança impacta a assimétrica relação paciente/profissional de saúde. Embora o paciente jamais possa ser um especialista ou profissional com base nas informações hoje abundantemente disponíveis, não há ninguém que mais saiba de si do que ele próprio. Por tal motivo o empoderamento do cidadão comum leva a uma exigência de maior clareza e informação, por parte dos especialistas, acerca de problemas e soluções disponíveis para a pessoa em questão. O modelo homem-máquina torna-se obsoleto exigindo-se, a partir daqui, um diálogo nada infantilizado ou assimétrico com o maior interessado no tratamento: o próprio paciente (60).

A defesa de direitos em saúde busca mudar normas, estruturas sociais, políticas e o poder dentro da arena, incluindo ações relacionadas ao ativismo dos pacientes, reforma do sistema de saúde, prevenção de problemas, defesa de direitos relacionada a alguma doença, deficiências físicas, justiça ambiental, segurança pública e garantia de equidade no atendimento a mulheres, minorias, gays, lésbicas e outros (61).

A sociedade civil na saúde é relevante neste processo, uma vez que através de seus próprios interesses os grupos identificam problemas, propõem soluções e politizam causas. O sucesso da empreitada depende do contexto e oportunidades, mas os temas trabalhados passam a integrar a agenda dos atores (62).

A mobilização também pode promover mudanças institucionais e deslocamentos epistemológicos. Na década de 1970 uma reviravolta no tratamento do câncer foi promovida por toda a comunidade incluindo pacientes, profissionais de saúde, governo e indústria na adoção de tratamentos complementares e alternativos. Não apenas no tratamento do câncer mas em todas as áreas da saúde, os frequentes relatos de iatrogenias, erros médicos e abuso em algumas práticas visando maiores ganhos sem adequada indicação, levou os usuários ao ceticismo e mobilização, acelerada pelas possibilidades da internet(63).

É interessante notar que, quando a proposta inclui mudanças de práticas, não é fácil incorporar esta agenda não discussões acadêmicas. Segundo Hess (2004) , há três formas destas causas serem abraçadas nos contextos científicos: por conversão, por transformação biográfica ou por formação de redes. A conversão trata-se do convencimento de um pesquisador a aderir ao tema proposto. Essa é uma forma rara de envolvimento dos cientistas, pois usualmente impacta fontes de financiamento e é mais factível para pesquisadores aposentados. O segundo mecanismo trata-se da especialização do ativista em pesquisador com a devida formação educacional. De pacientes insatisfeitos passam a clientes de práticas alternativas de saúde, depois a membros ou líderes de organizações de defesa de direitos, passam a ter contato com as pesquisas a respeito do tema, e finalmente se tornam profissionais graduados, especialistas ou pesquisadores no assunto. E a terceira maneira com que as organizações de defesa de direitos influenciam a produção de conhecimento é promovendo o encontro de pacientes, fontes financiadoras, médicos e pesquisadores para a promoção de estudos e publicações que levam significativas contribuições ao tema (63). Tal cenário reforça novamente a relevância dos movimentos civis organizados no processo de articulação com as instâncias de poder e saber para que suas demandas sejam incluídas nas pautas institucionais.

Em saúde, alguns grupos estão utilizando a internet para promover o ativismo para defesa de seus direitos. Garantia de atendimento aos portadores de HIV (64), verbas para pesquisa com células tronco (65), diabetes (66) e combate ao tabagismo (67) são algumas das questões que geraram um fórum e movimento próprio articulado pela sociedade civil. Focando a pesquisa em saúde da mulher, encontramos discussões acerca de mutilação genital feminina (68), defesa de direitos sexuais e reprodutivos (69), violência contra as mulheres (5), defesa de direitos das portadoras do câncer de mama (70), medicalização do sexo e cirurgias genitais femininas estéticas (71), só para citar alguns temas.

2.2. AS QUESTÕES DE GÊNERO E OS DIREITOS REPRODUTIVOS

"Nenhuma mulher pode ser considerada livre enquanto não tiver controle sobre seu próprio corpo."
Margaret Sanger

2.2.1. Por que comparar as diferenças entre parto e aborto?

Parto e aborto fazem parte de um escopo de lutas em direitos humanos denominadas Direitos Reprodutivos (72). Este termo foi convencionado a partir de conferências intergovernamentais da ONU e da OMS (73). Trata-se de um conjunto de prerrogativas que inclui não apenas aborto e suporte ao parto, mas também atendimento ginecológico e obstétrico integral, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, cuidados e nutrição pré-natal (74). Direitos reprodutivos implicam também que a pessoa seja capaz de ter uma vida sexual satisfatória e segura e que tenha liberdade para decidir se, quando e quantas vezes deseja ter filhos. Implícito a isto estão os direitos de homens e mulheres serem informados e terem acesso a métodos de planejamento familiar seguros, efetivos, adequados e aceitáveis (75).

Com esta preocupação pelos direitos humanos implicados na saúde da mulher, um seminário realizado em 2009, registrado em relatório (76) e que contou com a participação de Sofia Gruskin, Tânia Di Giacomo Lago, Ana Tanaka, Simone Grilo Diniz, Sandra Vallongueiro, Cristiano Rosas, Mario F.G.Monteiro e Beatriz Galli organizou de maneira muito didática a relação entre as políticas para a garantia dos direitos reprodutivos, um diálogo entre o direito e a saúde pública. O ponto de partida para a discussão foi a questão da mortalidade materna, definida como a morte decorrente de (ou agravada por) gestação ou parto até 42 dias após o parto (excluídas causas acidentais ou incidentais). Considerando os direitos humanos consagrados em diversos documentos do direito internacional, foi destacado que o direito à vida, ao mais alto nível alcançável de saúde; à igualdade; a viver livre de discriminação; a decidir o número e o espaçamento entre os filhos/as; a estar livre de tratamento cruel, desumano ou degradante, à privacidade, à educação, à informação e a desfrutar dos benefícios do progresso científico são direitos pertinentes e relacionados às questões de mortalidade materna. Segundo a expositora Sofia Gruskin destacar a relação entre mortalidade materna e direitos humanos é relevante na medida em que:

- 1) empodera as pessoas para advogar pelos direitos relacionados à saúde materna; 2) oferece à sociedade civil meios pelos quais pode se engajar e um diálogo construtivo com os governos sobre sua responsabilidade para garantir a gravidez e o parto seguros; 3) coloca a igualdade e o bem-estar da mulher no centro das respostas

governamentais para as questões de saúde e direitos reprodutivos e 4) joga um papel crítico em legitimar, promover e fazer cumprir as normas, políticas e programas que buscam reduzir a mortalidade materna (IMMHR)

Segundo Gruskin “organizar os serviços, o ensino, os estudantes e as rotinas do hospital, as escalas, acabam sendo mais importantes que garantir os direitos das mulheres” e a desconsideração da problemática feminina não se restringe à área da saúde, considerando que o Direito, por sua vez, não se apropria da questão na medida em que não a discute no âmbito dos direitos humanos. No caso do movimento da AIDS a abordagem orientada à defesa de direitos trouxe muito avanço e esta estratégia poderia ser igualmente proveitosa na garantia da saúde materna.

Tanto no atendimento ao parto quanto ao aborto há problemas que prejudicam as possibilidades de equidade em saúde entre homens e mulheres, na medida em que seu não atendimento adequado implica em direitos humanos negligenciados e na oferta inadequada de oportunidades para que todos desenvolvam seus potenciais. Além da ausência ou má-qualidade dos serviços há a questão da violência no atendimento. Esta violência que se apresenta como falta de informação, procedimentos sem consentimento, a demora ou negligência no atendimento, ameaças e abuso verbal (77). Este cenário implica tanto a assistência ao parto quanto a quem se suspeita ter provocado um aborto (78).

Dentro deste contexto nasce a o debate pela humanização da assistência ao parto. Para tanto é preciso rever o modelo de assistência que é pobre em relações humanas, que causa sofrimentos físicos e emocionais desnecessários e que exacerba no uso da tecnologia. Nesta direção, as práticas foram sendo questionadas e uma revisão exaustiva dos procedimentos foi realizada culminando na publicação em 1993 de uma revisão sistemática com cerca de 40.000 estudos, incluindo 275 sobre práticas de assistência perinatal classificadas quanto à sua efetividade e segurança. Era o início da Medicina Baseada em Evidência (MBE), que desde então serve como embasamento em bandeiras políticas e políticas públicas. (79)

Assim sendo, tanto no aspecto da saúde pública quanto dos direitos humanos o parto e o aborto estão bastante interligados, sendo objeto de garantias pelos mesmos princípios. Apesar disso, sendo este trabalho sobre as diferenças entre os movimentos, daremos ênfase onde eles se afastam em sua trajetória.

Além destes dois olhares, podemos avaliar a relação do parto e do aborto considerando a relação feminista com o papel reprodutivo feminino. A discussão política da maternidade surge no final do século XIX trazida pelas feministas chamadas de maternalistas. O pleito desta geração feminista dizia respeito aos

direitos maternos e a saúde materno-infantil, bem como ações de proteção materna e da infância(80).

Anos mais tarde, desnaturalizar a maternidade como um papel indissociável de toda mulher foi uma importante bandeira feminista. Na busca pela igualdade, a maternidade era vista como um defeito natural, confinando as mulheres a uma bioclasse (81). No Brasil das décadas de 70 e 80 o mote “Um filho se eu quiser, quando quiser, como quiser e com quem eu quiser” foi bastante utilizado na luta por métodos contraceptivos e a descriminalização do aborto(82).

À medida que o acesso a métodos de controle de natalidade passou a ser uma realidade para um número cada vez maior de mulheres, algumas começaram a questionar se esta não vivência da maternidade em vez de ser positiva, através da possibilidade de ser livre na opção de não ter filhos, talvez não fosse perda de oportunidade. A maternidade passou a ser observada como um poder feminino insubstituível e objeto de inveja masculina, valorizando o tal potencial natural. Depois de uma abordagem igualista dos discursos feministas havíamos mudado para uma abordagem diferencialista, de valorização do fenômeno bio-psíquico-social e de negação da maternidade como um “defeito natural”, como citado por Scavone (81).

Esta interpretação da maternidade deu espaço anos depois para uma terceira abordagem, segundo Scavone, que prioriza a desconstrução deste conceito de defeito natural (que antes havia sido assumindo e depois negado) concluindo que “não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social das mulheres, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade”(81). Em resumo, neste momento passa a haver um entendimento da maternidade como “um fenômeno social marcado pelas desigualdades sociais, raciais/étnicas, e pela questão de gênero que lhe é subjacente”(83). Esta politização da maternidade envolve temas relacionados a saúde, educação, trabalho, gênero e direitos que criam verdadeiras redes de poder. Inclui a crítica ao essencialismo que torna a díade mãe-filho sinônimo de família, e que coloca a dimensão reprodutiva da mulher como seu papel principal, quando não único, naturalizando assim as diferenças de gênero e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres como se estas fossem indissociáveis de sua natureza (80).

Depois desta trajetória de desconstrução da maternidade como um evento indissociável da natureza da mulher para algo que implica aspectos subjetivos, culturais, sociais e políticos da mãe (84) parecem paradoxais e incabíveis, em um primeiro momento, os argumentos essencialistas pró-parto humanizado. O movimento pelo parto humanizado veio falar novamente da valorização do processo feminino de parir, da fisiologia e da maternidade como constituinte da natureza feminina (85). Elizabeth Badinter, feminista francesa, aposta que falar desta natureza é um retrocesso. Em sua produção Badinter critica a ideia do mito do amor materno e

destaca as cobranças excessivas que esta volta ao naturalismo traz à mulher ao defender a amamentação, criação com apego e parto natural (86,87).

Contudo se, por um lado, voltamos à questão da natureza ao colocarmos em pauta os potenciais biológicos femininos, por outro a luta que as mulheres travam para ir na contramão das práticas hegemônicas no atendimento ao parto, buscando soluções hoje pouco praticadas, destaca um aspecto da defesa de direitos que está alinhada com o movimento pró-aborto: a liberdade de dispor de seu corpo. Usar recursos para evitar a dor ou o excessivo esforço no parto já foram considerados liberdade. A liberdade hoje pode significar simplesmente resistir às intervenções médicas (88).

É preciso considerar que mesmo este “parto natural” pode ser visto como antinatural quando lembramos que o que se espera das mulheres na maior parte do tempo é que seja educada, dócil e que preserve sua vagina como um local dedicado ao prazer heterossexual(89). Assim sendo, o retorno ao “parto natural” seria essencialismo ou liberdade? Uma ofensa aos avanços do feminismo ou justamente uma conquista dele, na medida em que as mulheres vivem experiências que contrariam o estereótipo da mulher comportada e dedicada ao prazer masculino tão cobrado socialmente?

2.2.2. Ativismo pró-aborto

Partindo da tensão entre os direitos entre a mãe e o feto, passando pela discussão sobre a origem da vida, e incluindo políticas de controle da sexualidade e corpo feminino a discussão do aborto é antiga e torna o corpo da mulher campo de disputa entre diversos interesses.

Em sua obra Política, Aristóteles já falava sobre regras acerca da gravidez e aborto na tentativa de normalizar os processos visando o bem estar da sociedade. Para o devido controle da natalidade o aborto deveria ser uma das formas de fazê-lo, devendo-se para isso manter um cuidado ético com o feto,

“... determine-se, pelo menos, para evitar a sobrecarga do número excessivo, se não for permitido pelas leis do país abandoná-los, até que número de filhos se pode ter e se faça abortarem as mães antes que seu fruto tenha sentimento e vida, pois é nisto que se distingue a supressão perdoável da que é atroz.” (90).

Com a consolidação do Cristianismo o aborto passou a ser combatido, não por consideração ao feto, mas pelo provável adultério que ele comprovaria. O primeiro concílio do Ocidente, o concílio de Elvira, estabeleceu regras mais duras ao adultério do que ao homicídio. A preservação do casamento monogâmico era uma prioridade, e a família um fundamento social mais importante que a vida. Nesta

época as discussões teológicas acerca do início da vida concluíam que durante as primeiras semanas de gestação o feto ainda não era um ser humano, não sendo o aborto um assassinato (91). Apesar das restrições formais, a prática do aborto sempre foi tradicional. O conhecimento era transmitido entre mulheres e aceito como forma legítima de controle de natalidade, desde que ainda em fase inicial de gestação (91).

Após a segunda guerra mundial, a luta pelo direito de decidir a vida sexual e reprodutiva ganhou espaço (92) e a forma como este debate se estabeleceu, bem como suas conquistas, foram diferentes nos diversos países (92). No Brasil a militância pela descriminalização do aborto data da década de 1970 quando houve uma intensa luta para a reforma do código penal neste item. As feministas que estavam a frente desta demanda defendiam que a liberdade para a decisão de manter a gravidez é um dos requisitos básicos de justiça social, uma forma de garantir a equidade nas relações de gênero. Nesta ocasião a demanda enfrentou forte oposição por parte da Igreja Católica, mas contou com o apoio de organizações sindicais, partidárias e profissionais como a Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo)(93). Este embate continuou após a década de 1970, sendo que até meados dos anos noventa, entre 46 proposições à mudança na lei, 25 foram favoráveis à ampliação das possibilidades de aborto legal, e 21 pretendiam restringi-la ainda mais(92). Somente na legislatura parlamentar do período 1991-1995, 19 proposições de leis sobre o tema foram apresentadas(93).

Apesar da criminalização, o aborto continua a ser realizado no Brasil ilegalmente. Segundo um relatório do Ministério da Saúde denominado “Aborto e saúde pública”(94) o perfil predominantemente das mulheres que recorrem ao aborto tem entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, católicas, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol. Se pensarmos em relação a magnitude da prática, o estudo apresenta números significativos:

Um estudo recente sobre a magnitude do aborto no Brasil estimou que 1.054.242 abortos foram induzidos em 2005. A fonte de dados para o cálculo da estimativa foram as internações por abortamento registradas no Serviço de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde. Ao número total de internações foi aplicado um multiplicador baseado na hipótese de que 20% das mulheres que induzem aborto foram hospitalizadas. A grande maioria dos abortos induzidos ocorreu no Nordeste e Sudeste do País, com uma estimativa de taxa anual de aborto induzido de 2,07 por 100 mulheres entre 15 e 49 anos.

Uma questão importante a ressaltar neste embate político é de que a luta não é pelo aborto, como alguns colocam, na medida em que o aborto não é um bem

em si. Mas o que está em jogo é o respeito à decisão da mulher que deseja interromper uma gravidez incompatível com seu momento de vida, pelo motivo que for(93). O aborto deve estar disponível diante de uma gravidez indesejada, sem desconsiderar que a educação sexual e acesso a métodos contraceptivos para homens e mulheres são igualmente importantes (95).

Como lembra Barsted, “...a questão do aborto, apesar de sua gravidade para a saúde da mulher, não tem sensibilizado o Estado, os sindicatos, partidos políticos ou associações significativas da sociedade” (96).

Fabíola Rohden, em sua tese de doutoramento (97), cita que os abortos, sendo proibidos no Brasil, quando levados a caso de polícia sempre envolviam mulheres pobres. Embora não seja possível afirmar em seu trabalho se as camadas mais populares ou abastadas faziam mais abortos, Rohden supõe que o maior acesso aos profissionais garantiam maior discricção.

O tema aborto, além de uma questão de saúde e de controle do corpo da mulher, tem sido utilizado como recurso político eleitoral. As últimas três décadas além de terem sido um período de consolidação da democracia no Brasil, também foi marcado pela intensa distribuição da população que se afasta da então hegemônica igreja católica rumo a outros grupos como o segmento pentecostal. Esta mudança no perfil religioso influenciou o perfil político, na medida em que estes novos grupos criaram dentro de suas estruturas grupos que avançam da política partidária como forma de influenciar a sociedade e avançar no terreno católico. Tal cenário, alinhado com várias conjunturas políticas e intensificado por iniciativas do governo Lula como a Comissão Tripartite de Revisão da Legislação Punitiva sobre o Aborto (2005) e o lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), levaram a uma polarização da campanha à presidência de 2010 colocando a então candidata Dilma como a representante da bandeira do aborto e gerando enormes consequências eleitorais (98). Neste sentido podemos perceber a relevância do tema na sociedade brasileira, o quanto ele movimenta de paixões e interesses, na medida em que mobiliza massas que são capazes de eleger ou derrubar um candidato.

2.2.3. Ativismo pró-parto humanizado

Segundo Nara Santos, “o parto ‘humanizado’ é um movimento reflexivo que almeja reorganizar a conduta de atendimento ao parto a fim de promover um maior respeito aos direitos reprodutivos das mulheres e uma diminuição da morbimortalidade materna e neonatal”(99).

O movimento da humanização do nascimento, no Brasil, foi formalmente iniciado em 1993 com a fundação da REHUNA (Rede Nacional pela Humanização do parto e do Nascimento) em Campinas. O grupo fundador tinha grande influência feminista e conclamava as mulheres a um papel ativo frente ao nascimento do filho,

denunciando a desapropriação da identidade feminina, a medicalização e a desconsideração da parturiente como um sujeito de direitos. O parto se transformou numa linha de montagem que colocava o bem estar da família em segundo plano, privilegiando interesses comerciais(85). Do ponto de vista da estratégia de atuação é da REHUNA o mérito de ter buscado a então nascente medicina baseada em evidências como referência técnica para sua defesa de ideias, caminho que se mostrou muito produtivo no decorrer dos anos.

O avanço deste debate tem causado enormes incômodos não apenas pela revisão de práticas consolidadas mas, principalmente, por exigir um rearranjo dos espaços de trabalho. Um dos exemplos disso é a resistência dos conselhos de medicina à implantação de casas de parto. No Rio de Janeiro o CREMERJ atribuiu à pauperização da medicina e ausência de segurança médica a sua posição contrária à casa de parto inaugurada pelo governo municipal, a despeito do modelo de atendimento respaldado pelas evidências científicas e pelo desejos das mulheres por este tipo de serviço(100). Este não foi o único caso de embate com os conselhos de medicina. Em 2012 o conselho regional de medicina do Rio de Janeiro ameaçou um médico que havia defendido o parto natural e domiciliar como uma boa opção a mulheres híginas o que gerou movimento em todo país e resultou na “Marcha do Parto”(101).

Em matéria publicada pela associação dos anestesiológicos do Estado de São Paulo(102) o incômodo trazido pela forma menos intervencionista de atuar no parto é apresentada pelos entrevistados:

“A doula deve saber, sem radicalismo, ocupar seu espaço apenas como coadjuvante da parturiente, já que não possui atividade regulamentada. Muitas delas acabam por tumultuar o ambiente, interferindo diretamente nas decisões do médico”, critica. A questão também deixou em alerta diversas entidades médicas que se posicionam a favor do uso de analgesias utilizadas durante o parto, uma vez que parteiras e doulas geralmente defendem o parto humanizado, bem como a aplicação do menor número possível de medicamentos. Conforme Marcelo Luís Abramides Torres, diretor-secretário da SAESP e médico coordenador da Equipe de Anestesia Obstétrica da Maternidade Pro Matre Paulista, “ainda existem grupos que pregam que um parto humanizado deva ser muito pouco medicalizado e, se possível, sem analgesia alguma. Dizer que uma parturiente sob analgesia de parto e cuidados médicos está dopada ou incapacitada é um desconhecimento completo do que é feito em bons hospitais em nosso país.”

É preciso, sem dúvida, reconhecer a responsabilidade do obstetra e anestesiológico nos procedimentos não podendo ser estes interferidos por outros

profissionais. É sabido também que a analgesia pode ser bastante segura, mas não totalmente segura. Segundo Wagner, citado por SANTOS (2002), “tanto a cesariana quanto o bloqueio peridural podem causar mortes”(103). E tal resistência a formas não farmacológicas de controle da dor, eventualmente disponíveis e desejadas pela parturiente, nos leva a refletir sobre os impactos econômicos gerados por uma possível mudança de paradigma em massa, a adoção de um modelo de atendimento que demande menos tecnologia, recursos e procedimentos. Quais interesses estão envolvidos? E que novos atores surgem para disputar mercado neste território? Qual o modelo adequado, acima destes interesses, para a garantia de um atendimento de qualidade?

3. OBJETIVO

Analisar as diferenças no ciberativismo dos movimentos organizados da sociedade civil em defesa do parto humanizado e pela descriminalização do aborto.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho será conduzido utilizando a análise de conteúdo.

Para auxiliar o processo, serão usados alguns recursos descritos abaixo.

O primeiro recurso são as *wordclouds* ou nuvens de palavras, também conhecidas como *tagclouds*. Trata-se de uma maneira visual de organizar as palavras mais mencionadas em um texto, excluindo aquelas que tiverem finalidades sintáticas. As nuvens de palavras tem ainda a característica de usar o tamanho das letras como forma de assinalar a frequência de cada uma das palavras que formam a nuvem (104). Trata-se de um instrumento vernacular, utilizado por sites de fotos e blogs, mas dada a sua forma de transmitir informação espalhou-se rapidamente e passou a ter várias aplicações.

A crescente demanda por nuvens de palavras indica que há uma importante classe de informação que os usuários desejam visualizar: o texto desestruturado. (...) Neste momento em que *designers* não acadêmicos estão adotando técnicas acadêmicas de visualização, teóricos poderiam devolver a gentileza e buscar inspiração nesta explosão de criatividade oriunda da visualização vernacular. (105)

As nuvens de palavras podem servir de instrumento para uma avaliação preliminar do tema ou validação de achados. Elas são valiosas em seu poder de situar rapidamente o leitor no contexto, mas possui suas limitações. A primeira das limitações é que, ao privilegiar a frequência, desconsidera o contexto. A segunda limitação é que ao considerar cada palavra uma unidade de análise, desconsidera variações semânticas, falhas de digitação e sinônimos. Por conta desta maneira mais simples de analisar o texto, desconsiderando contexto e significado, que a nuvem de termo não é recomendada como ferramenta única de análise. Embora, como já dito, seja um recurso interessante em análises preliminares ou validação de achados(104). Tal instrumento já foi utilizado em pesquisas sobre saúde (106), comunicação (107,108), política (109) e objeto de estudo em outras oportunidades (110–112).

Para a criação da nuvem de palavras a ferramenta escolhida foi o Tagxedo(113). Embora o Wordle seja a plataforma de nuvem de palavras mais citada entre os poucos trabalhos que utilizam este recurso (104,106–108,114,115) ela tem a desvantagem de exigir que o site utilize RSS para que seja possível fazer a nuvem e nem todos os sites pesquisados tinham esta funcionalidade disponível. Artigos na *American Journal of Transplantation*(116) e na *BMC Medical Research Methodology*(117) citam o Tagxedo como instrumento de análise. Assim sendo,

neste trabalho as *tagclouds* serão utilizadas como forma de ambientar o leitor no contexto de cada movimento, servindo como imagem resumo do que está por vir. Ela também servirá como recurso auxiliar, visual e conciso de análise das semelhanças e diferenças entre os objetos sem, no entanto, serem delas esperadas informações conclusivas.

O segundo recurso, que servirá como roteiro de itens a detalhar em cada um dos objetos de estudo, é o estudo “Contested Gender Equality and Policy Variety in Europe: Introducing a Critical Frame Analysis Approach” publicado na Grécia em 2005 para análise de políticas para igualdade de gêneros (118). Como sua análise é voltada a avaliação de políticas públicas, não se aplica integralmente a este trabalho. Contudo, suas perguntas de sensibilização formam um interessante ponto de partida para a coleta dos dados dos movimentos pesquisados nesta dissertação. Com base no roteiro mencionado no artigo, cada um dos websites foi analisado em seus variados aspectos.

A análise crítica de enquadramento foi criada a partir do conceito de análise de enquadramento fundada por Goffmann (e desenvolvida por vários outros autores como Entman) para dar suporte ao projeto interdisciplinar MAGEEQ (*Multiple Meanings of Gender Equality*) realizado entre 2003 e 2005 na Europa com o objetivo de comparar o enquadramento da desigualdade de gênero na Áustria, Grécia, Hungria, Holanda, Eslovênia e Espanha. Este estudo analisou os motivos que levaram os países a implementarem de forma diferente as políticas de igualdade de gêneros na Europa, entre outros objetivos (118). O interessante desta proposta metodológica é que ela avança os princípios da análise de enquadramento e inclui elementos da análise do discurso, teorias políticas, de movimentos sociais e gênero. Considera o enquadramento de forma multidimensional e de forma não categorizada a priori, o que permite a identificação de padrões não imaginados inicialmente e, até mesmo, contraditórios.

Na medida em que a análise crítica de enquadramento não é uma abordagem metodológica de larga utilização e que não foi utilizada aqui em seu detalhe, acho importante esclarecer que a menção deste estudo, mais do que implicar em sua apropriação metodológica integral, tem o intuito de garantir a transparência. O questionário do artigo me inspirou nos aspectos que considero importantes serem avaliados em cada um dos movimentos e influenciará a análise nesta dissertação. Verloo (115) realizou um trabalho onde todos os movimentos foram analisados nos seguintes aspectos: Voz (perspectiva da fala), diagnóstico (como representa o problema), atribuição de papéis no problema (responsáveis, papéis ativos e passivos), prognóstico (o que deve ser feito) e atribuição de papéis no prognóstico (quem são os responsáveis pela mudança). Além disso, o questionário chama atenção para a análise interseccional do problema, considerando o impacto das questões de raça, religião, classe social e outros cabíveis tanto no diagnóstico quanto no prognóstico.

O roteiro da Análise Crítica de Enquadramento foi utilizada neste trabalho na identificação de cada um dos movimentos (Nome, Fundação, Missão, Atividades, Financiamento, Apoiado por, Articulado por, Perfil Militante e Site) e também na descrição e análise de cada um deles, na medida em que informações como perspectiva da voz, diagnóstico do problema, interseccionalidade, atribuição de papéis e prognóstico foram trabalhadas para cada movimento, algumas vezes de forma descritiva (quando a informação estava disponível) ou analítica.

Baseado neste roteiro, algumas categorias analíticas tornaram-se relevantes para este trabalho e foram destacadas para discussão. São elas: religião, classe social, mortalidade e consumo.

As palavras selecionadas foram tanto supostas por mim como relevantes quanto localizadas nos textos e incluídas para a busca em todos os nove sites.

Para a gestão desta informação todas as páginas dos sites foram importadas para o software NVivo e, através deles, foram realizadas buscas por palavras-chaves condizentes com as categorias analíticas selecionadas. A partir daí foi possível comparar os trechos identificados e realizar as análises.

Os termos utilizados para cada categoria analítica foram:

Classe Social	"classe social" pobres "classe média" ricas
Consumo	contratar comprar consumir pagar pagamento dinheiro
Mortalidade	mortalidade morbidade "risco de vida" morte complicações
Religião	Religião religiosa espiritual evangélica católica espírita umbanda umbandista budista

	budismo catolicismo espiritismo candomblé
--	--

4.1. SELEÇÃO DOS OBJETOS DE ESTUDO

4.1.1. Desafios na Seleção

Trabalhar com o material disponível na internet ainda exige do pesquisador fazer escolhas sem o forte respaldo de uma “jurisprudência” metodológica. A primeira tentação é utilizar formas de trabalhar consolidadas até então e transportá-las para o novo contexto. Apesar de todas as vantagens de seguir um método amplamente aceito, ainda que não seja exatamente no tipo de objeto a que se destina, fazê-lo também significa assumir premissas que podem não ser verdadeiras, além de transportar eventuais vícios de um ambiente para outro.

A criação de um método de amostragem no ambiente online requer extrema flexibilidade por parte dos pesquisadores(119). E visitando dezenas de dissertações e artigos onde foram realizadas pesquisas empíricas em material disponível na internet encontrei diversas soluções metodológicas. Alguns pesquisadores definem seu *corpus* sem tornar claro o critério utilizado para a escolha deste (120,121); outros descrevem o processo metodológico embora este não seja absolutamente objetivo e replicável pois envolve julgamento de pertinência por parte do pesquisador (122); outros trabalham com classificação por audiência, seguidores ou visualizações em canais do Twitter, comunidades no Orkut e outros tipos de nicho dentro da web (7,123–125); há ainda aqueles que partem de um grupo pequeno de sites e encontram os demais a partir da técnica snowball (126–129); os que utilizam como base a busca do Google (130,131); e os que se valeram de listas já organizadas de sites para definir seu *corpus* (5,132–134). Alguns dos citados acima, inclusive, usaram formas mistas dentre as citadas para definir seus objetivos de estudo.

O panorama acima citado é apenas uma pequena amostra da diversidade nas formas de melhor conduzir pesquisas no mundo digital. Apesar dos cuidados para tornar a escolha dos objetos de estudo o mais amplo e objetivo possível, garantindo amostragem adequada, nem sempre esta tarefa pode ser realizada de forma totalmente sistematizada e impessoal sem que isso caia em eventual irrelevância ou preciosismo. A metodologia de trabalho é sempre dependente das perguntas e objetivos da pesquisa.

E, preocupada em ser ao máximo clara, objetiva e imparcial, sem, contudo, abrir mão da relevância dos objetos escolhidos esta pesquisa foi dividida em duas

partes. A primeira parte prioriza quantidade, objetividade e reprodutibilidade. Para tanto foram realizadas buscas no Google utilizando palavras-chave previamente definidas, limites para a seleção do corpus da pesquisa como os critérios de inclusão e exclusão, mecanismo de busca e configurações utilizadas. Na segunda parte a prioridade é a qualidade e para atingir este objetivo os sites retornados da busca realizada serão triados até que se chegou a três sites relevantes pró-aborto, três sites relevantes pró-parto e três sites de direitos reprodutivos relevantes que englobem parto e aborto em suas discussões, seguindo os critérios de inclusão e exclusão definidos no item “4.1.2. Critério de Seleção”. É interessante frisar que este critério de seleção utilizando o mecanismo de busca como meio para a priorização dos movimentos acaba por, eventualmente, desclassificar alguns movimentos, redes e organizações na medida em que seus sites não estão adequadamente preparados para serem vistos com prioridade nas buscas do Google. Deste modo, os movimentos selecionados são os mais significativos dentre os que, na internet, têm maior conteúdo compartilhado e são localizados com maior facilidade.

4.1.2. Critério de Seleção

Esta pesquisa se interessa pelos sites que contemplem as seguintes características:

- a) Sites com caráter ativista cujos textos tenham a intenção de defender um ponto de vista ou formar opinião;
- b) Conteúdos predominantemente escritos, como artigos, relatos e outras formas de argumentação por meio de texto;
- c) Espaços para compartilhamento de conteúdo como websites ou blogs;
- d) Que contemplem informações ou ações para a defesa de direitos;
- e) Que possuam largo espaço para discussão dos direitos reprodutivos e que incluam em suas pautas o aborto, parto humanizado ou ambos;
- f) Idealizado por organizações não-governamentais ou usuárias;
- g) Que representem movimentos que ocorram unicamente ou concomitantemente pela internet;
- h) Conteúdos publicados em português.

Isso leva à exclusão de sites que contemplem uma ou mais destas características:

- a) Publicação de informações disponíveis em bases científicas, que pontualmente citem o tema ou noticiosas, sem o propósito primeiro de educar para a formação de opinião;
- b) Sites ou links que sejam predominantemente canais de publicação de músicas, filmes ou fotos;
- c) Sites que sejam “pró-vida” (ou seja, que defendam a restrição de direitos a respeito do aborto), que sejam pró-parto cirúrgico ou militem contra as

bandeiras defendidas pelas militantes do parto humanizado (possibilidade de uso de métodos não farmacológicos para controle da dor, presença de acompanhante, possibilidade de parto domiciliar para gestantes híginas, não episiotomia, entre outras);

- d) Sites com perfil genérico e com pouca ênfase em questões de direitos reprodutivos;
- e) Sites de relacionamentos, redes sociais (Facebook, Twitter, Orkut e outros) ou grupos de discussão;
- f) Com foco em suporte emocional;
- g) Que não tenham como objeto de reivindicação ou motivação primária questões relacionadas aos direitos reprodutivos;
- h) Idealizados por governos, com interesses político-partidários ou ostensivamente comerciais;
- i) Que não se valham da internet como meio de mobilização, organização ou disseminação dos seus objetivos;
- j) Conteúdos publicados em qualquer idioma que não seja o português.

4.1.3. Tamanho da amostra

Para análise neste trabalho foi realizada a busca no Google e foram selecionados nove sites, três dentre os cem primeiros exibidos de cada um dos três perfis de movimento estudado (pró-parto, pró-aborto e direitos reprodutivos) e considerados mais representativos.

4.1.4. Um problema com muitos nomes

Parto natural, parto normal, parto humanizado, parto domiciliar são alguns termos normalmente utilizados sem um claro critério de aplicação, assumindo muitas vezes um caráter polissêmico (135,136). No caso dos movimentos pró-aborto, eles também se apresentam como pró-escolha, legalização do aborto, a favor do aborto ou em defesa da descriminalização do aborto.

Para abarcar estas questões a seleção dos movimentos levará em consideração variações dos termos utilizados para a identificação dos movimentos mais significativos que serão analisados neste trabalho.

Assim será feita a busca pelos termos “‘pró-escolha’ OR ‘pró-aborto’ OR ‘direito de decidir’” no caso dos movimentos pró-aborto e por “‘parto humanizado’ OR ‘parto normal’ or ‘parto natural’” no movimento pró-parto.

Visando aprimorar a análise, após a avaliação preliminar dos seis representantes dos movimentos identificados, senti a necessidade de buscar representantes menos polarizados mas que pudessem sintetizar ambas as bandeiras. Para tanto foi realizada uma terceira busca com os termos “parto aborto ‘direito reprodutivo’”, totalizando a análise de nove sites de defesa de direitos neste trabalho.

É importante reforçar que esta polarização citada no trabalho diz respeito a uma seleção realizada para efeito de análise. Isso não implica que exista uma efetiva polarização no campo político entre os movimentos. O mais provável é que cada um deles esteja trabalhando dentro de seu escopo, que eventualmente é somente (ou predominantemente) parto ou aborto, mas isso não implica, necessariamente, opor-se a um ou outro.

4.1.5. Processo de seleção

A estratégia de seleção do *corpus* da pesquisa se baseia na localização de sites que tenham relações com os assuntos direitos reprodutivos, parto humanizado e aborto. A triagem dos sites ocorreu em um primeiro no Google utilizando uma abordagem quantitativa (identificação dos 100 primeiros sites) e depois foi realizada uma seleção qualitativa, destacando os três mais significativos dentro dos critérios de seleção definidos (item 3.1). A quantidade definida visa abarcar tanto as questões objetivas como relevância na rede quanto garantia de representatividade e diversidade. Visto que o trabalho é qualitativo e busca aprofundar-se nos movimentos estudados, os movimentos escolhidos precisam ser poucos e significativos.

Para preservar o resultado ao máximo da influência dos meus hábitos de navegação foi utilizado o browser Chrome no modo de navegação anônima e o sistema de buscas do Google sem login em qualquer conta. A intenção com estes cuidados foi tornar a busca sem influência do histórico de pesquisas anteriores.

As buscas não tiveram restrição de período de tempo e o idioma selecionado é apenas o português.

4.1.6. Seleção dos movimentos

Ao analisar as primeiras cem referências no Google para as três pesquisas realizadas, e aplicados os critérios descritos no processo de seleção, os seguintes movimentos foram selecionados:

Pró-aborto

Católicas pelo direito de decidir - <http://www.catolicasonline.org.br>

Comissão de cidadania e reprodução - <http://www.ccr.org.br>

Aborto em debate - <http://www.abortoemdebate.com.br>

Pró-parto

Amigas do Parto - <http://www.amigasdoparto.com.br>

Parto do Princípio - <http://partodoprincipio.blogspot.com.br>

Parir é natural - <http://parirenatural.blogspot.com.br/>

Direitos reprodutivos

CFEMEA - <http://www.cfemea.org.br>

Blogueiras Feministas - <http://blogueirasfeministas.com>

Cebes - <http://www.cebes.org.br>

4.2. APRESENTAÇÃO DOS MOVIMENTOS

4.2.1. Aborto: Católicas pelo direito de decidir

Católicas pelo direito de decidir	
Fundação	1993
Tipo de organização	Organização não-governamental
Missão	Promoção da cidadania e dos direitos humanos (sexuais e reprodutivos) das mulheres, assim como luta pela igualdade nas relações de gênero, tanto na sociedade como no interior da Igreja Católica e de outras religiões, além de divulgar o pensamento religioso progressista em favor da autonomia das mulheres, reconhecendo sua autoridade moral e sua capacidade ética de tomar decisões sobre todos os campos de suas vidas.
Atividades	Formação de multiplicadores, advocacy, comunicação
Financiamento	Fundação Ford, International Planned Parenthood Federation, entre outros
Apoiado por	Red Latino Americana de Católicas por el Derecho a Decidir
Articulado com	CFC – Catholics for Choice, de Estados Unidos e o grupo de CDD da Espanha
Perfil militante	Mulheres, doutoras e mestras em ciências da

	religião, sociologia e psicologia, militantes profissionalmente engajadas com a luta pela descriminalização do aborto.
Site	http://www.catolicasonline.org.br

A organização não-governamental feminista Católicas pelo Direito de Decidir (<http://www.catolicasonline.org.br>) foi fundada em 1993 com seis objetivos:

1. Desconstruir, a partir da própria tradição cristã, as bases culturais e teológicas que impedem as pessoas, especialmente as mulheres, de viver a sexualidade e a reprodução com autonomia e liberdade.
2. Contribuir para a construção de um discurso ético-teológico feminista pelo direito de decidir que defenda a autonomia das mulheres, a diversidade sexual, a justiça social e o direito a uma vida sem violência.
3. Promover um diálogo consistente e profundo com os mais diversos setores da sociedade, evidenciando o lugar da religião na sociedade e o papel que exerce na vida das mulheres.
4. Alcançar a aprovação e efetiva implementação de leis, políticas públicas e serviços necessários à plena cidadania das mulheres.
5. Defender os princípios democráticos de laicidade do Estado, particularmente a sua autonomia frente a grupos religiosos.
6. Promover o diálogo inter-religioso e uma cultura de respeito à livre expressão religiosa. (137)

O grupo cria documentos próprios, ministra oficinas e tem um engajamento pró-ativo. Tais iniciativas, documentadas em seu website, tornam mais fácil compreender os princípios do grupo, suas intenções e entendimento da questão. Além do website, o grupo Católicas pelo direito de decidir mantém perfil no Facebook, Twitter e Picasa. Além disso mantém o projeto “Sededequê?” onde questões relativas ao aborto são discutidas numa linguagem mais próxima das pessoas comuns, usuárias

Sobre campanhas a única referência neste em maio de 2013 no site da organização era a Campanha Latinoamericana por estados laicos. Nesta campanha há um convite para que os interessados publiquem banners em seus sites com o texto “Por um estado laico que garanta o pluralismo e o direito de decidir de todas as mulheres. Cremos na liberdade de consciência, no direito de decidir e na separação entre igrejas e estado”. Esta campanha é organizada pela *Red Latinoamericana de católicas por el derecho de decidir*.

4.2.2. Aborto: Comissão de cidadania e reprodução

Identificação	
Movimento	Comissão de cidadania e reprodução
Fundação	1991
Tipo de organização	Organização não-governamental
Missão	A CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução é uma entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos que tem o objetivo de promover e defender os direitos reprodutivos segundo os princípios das Declarações da ONU, em especial aqueles da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Sua principal meta é a defesa do respeito à liberdade e à dignidade da população brasileira no campo da sexualidade e da reprodução.
Atividades	Seminários, pesquisa de opinião pública, publicações e apoio financeiro a ensino e/ou pesquisa com foco na intervenção social e na formação de agentes sociais e políticos no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.
Financiamento	IWHC – International Women’s Health Coalition, Fundação MacArthur, Fundação Ford, entre outros
Apoiado por	Fundação Ford, Center for Reproductive Rights, British Council, IWHC, Ministério da Saúde, Fundação Macarthur, entre outros.
Articulado com	Cebrap
Perfil militante	Homens e mulheres, educadores, médicos, sociólogos, psicólogos, antropólogos, jornalistas entre outros perfis, militantes profissionalmente engajados com a luta pela descriminalização do aborto.
Site	http://www.ccr.org.br

A Comissão de Cidadania e Reprodução é uma entidade civil de âmbito nacional e sem fins lucrativos fundada em 1991 com o objetivo de:

- Influir na agenda de saúde e direitos reprodutivos e sexuais no Brasil;
- Monitorar e influenciar a pauta da mídia em relação à saúde reprodutiva;
- Monitorar e influenciar a legislação e as políticas públicas relativas à saúde reprodutiva e sexualidade;
- Potencializar o pensamento estratégico e o fluxo de informações entre os diferentes segmentos da sociedade;
- Assegurar o diálogo permanente e dinâmico com diversos setores da sociedade especialmente as instituições de saúde, com mídia e os com os segmentos sociais organizados;
- Promover a reflexão e o debate intelectual sobre a temática dos direitos reprodutivos e sexuais na sociedade brasileira.

O grupo promove a defesa de direitos, debates públicos, litígio estratégico, publica livros, pesquisas, dossiês, artigos, boletins e vídeos. Além disso, compartilha conhecimentos através de uma biblioteca digital que agrega livros, revistas, artigos, políticas, programas, planos e pesquisa de opinião. A plataforma para isso é um site institucional, com perfil também no Facebook, YouTube e Twitter.

4.2.3. Aborto: Aborto em debate

Aborto em debate	
Fundação	2010
Tipo de organização	Website mantido pelo Grupo de Estudos sobre o Aborto (aads.org.br/gea).
Missão	A missão do website Aborto em Debate é estimular o debate e coleta de informações relevantes ao tema de descriminalização do aborto no Brasil. A missão do grupo de estudos sobre o aborto é trocar de experiências e informações sobre o assunto.
Atividades	Compartilhamento de informações
Financiamento	Financiado pelos próprios militantes

Apoiado por	Grupo de estudos sobre o aborto (aads.org.br/gea)
Articulado com	Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero Articulação de Mulheres Brasileiras, CCR – Comissão de Cidadania e Reprodução, Geledés – Instituto da Mulher Negra, Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, entre outros.
Perfil militante	Homens e mulheres representantes do ministério da saúde, movimentos feministas, secretaria especial para as políticas para as mulheres, associação dos advogados de São Paulo, associação juízes para a democracia, sociedade brasileira para o progresso da ciência, FEBRASGO, entre outras organizações civis e governamentais.
Site	http://www.abortoemdebate.com.br

O site Aborto em Debate foi criado com o objetivo de estimular o debate e a centralização das informações relevantes ao tema da descriminalização do aborto. Esta iniciativa é apoiada pelo Grupo de Estudos sobre o Aborto. Lá encontramos sugestão de vídeos sobre o tema, fotos, áudios, referências a convenções, conferências e resoluções e compartilhamento de notícias. O Aborto em Debate mantém também um canal no YouTube, fan page no Facebook, e perfil no Twitter.

No site encontramos livros digitais na temática do aborto, relatórios de reuniões na OMS e outras comissões nacionais e internacionais, portarias do ministério da saúde, resoluções da ANVISA, pesquisas de opinião realizadas pelo IBOPE através de encomenda, além de republicações de matérias veiculadas em jornais e portais de notícias.

4.2.4. Parto: Amigas do Parto

Amigas do Parto	
Fundação	2001
Tipo de organização	Organização informal
Missão	Compartilhar informações sobre parto.
Atividades	Compartilhamento de informações
Financiamento	Financiado pelos próprios militantes
Apoiado por	Sem apoio declarado
Articulado com	Rehuna, Parto do Princípio
Perfil militante	Exclusivamente do sexo feminino, fundado em 2001 por uma parteira e duas psicólogas e doulas.
Site	http://www.amigasdoparto.com.br

O site Amigas do Parto foi fundado em 2001 por três mulheres com o intuito de compartilhar referências sobre boas opções na assistência ao parto. Há muitos anos o site não é atualizado mas permanece como uma referência no tema, atraindo, segundo as autoras, cerca de 800 visitas diárias. No site não há menção a perfis no Twitter ou fan pages no Facebook, mas há referência a listas de discussão no Yahoo: Amigas do Parto (uma lista que está inativa e cujas informações permanecem apenas para pesquisa), Parto Nosso (lista de discussão criada e voltada para mulheres, sobre parto e temas relacionados, como gestação, pós parto, amamentação, etc), Parto Natural (lista de discussão cujo tema central é o Parto Humanizado criada e gerenciada pela professora de yoga e preparadora de gestantes do Rio de Janeiro Maria de Lourdes da Silva Teixeira (conhecida como Fadyinha), Doulas (lista de discussão cujo tema central é o trabalho das doulas e foi formado pelas alunas do primeiro curso de doulas organizado em Campinas/2001) e ReHuNa (lista de discussão formada pelos membros da Rede Humanização do Nascimento de todo o Brasil).

Neste site são compartilhados artigos que falam sobre o atendimento ao parto, pré-natal, aspectos socioculturais do parto, a cesárea e o parto normal e um novo paradigma de parto de acordo a partir de uma nova postura e consciência (liberdade no parto, acompanhamento de doulas, formas não farmacológicas de lidar com a dor do parto, plano de parto, entre outros assuntos). Além destes artigos há uma sugestão bibliográfica acerca do tema, curiosidades, evidências científicas,

imagens, links para sites correlatos, direitos (lei do acompanhante e cartilhas sobre saúde materna).

4.2.5. Parto: Parto do Princípio

Parto do Princípio	
Fundação	2006
Tipo de organização	Organização informal
Missão	Ser uma ONG que represente “a voz das mulheres” na luta pela melhoria das condições de atendimento ao parto no país.
Atividades	Grupos de apoio ao parto, compartilhamento de informações e representação das usuárias
Financiamento	Financiado pelos próprios militantes
Apoiado por	Não menciona
Articulado com	Grupos de apoio Parto do Princípio, sites de amamentação, sites humanizados (como eles definem) e sites de vendas de slings (suportes de pano para carregar bebês).
Perfil militante	Exclusivamente mulheres no papel de usuárias do serviço de saúde.
Site	http://partodoprincipio.blogspot.com.br

Fundada em 2006, o objetivo é a retomada, pela mulher, do protagonismo de seus processos de gestação, parto e pós-parto. A proposta é oferecer apoio e solidariedade, mas também suporte prático para a descoberta do que elas chamam de maternidade ativa e consciente.

4.2.6. Parto: Parir é natural

Parir é natural	
Fundação	2009

Tipo de organização	Organização informal
Missão	Compartilhar informações sobre parto.
Atividades	Relatos, fotos e informações técnicas compartilhadas através de posts do blog.
Financiamento	Financiado pelos próprios militantes
Apoiado por	Nenhuma menção
Articulado com	Despertar do Parto, Doulas do Brasil, Grupo de Apoio à Maternidade Ativa, Grupo Samaúma, Parto do Princípio.
Perfil militante	Homens e mulheres, obstetras, anestesiolegista e doulas.
Site	http://parirenatural.blogspot.com.br/

O blog não apresenta uma página de missão ou objetivos, mas nas laterais podemos identificar algumas de suas premissas como a não indicação de profissionais, caráter meramente informativo do conteúdo e as frases "O protagonismo do parto não se devolve, se conquista (Melania Amorim)" e "Amamentar é divino".

Não apresentam links para comunidades em grupos de discussão, fan page em Facebook, perfil de Twitter ou qualquer outra plataforma. O propósito da articulação que se apreende é o compartilhamento de experiências, relatos, evidências e opiniões de médicos e especialistas acerca do atendimento obstétrico baseado em evidências. Seus posts mais antigos são de julho de 2010 e o blog foi encerrado em maio de 2013.

4.2.7. Direitos reprodutivos: CFEMEA

CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria	
Fundação	1989
Tipo de organização	Organização não governamental sem fins lucrativos

Missão	Contribuir para o fortalecimento do feminismo e da democracia incidindo nos Poderes Públicos para a garantia de direitos das mulheres
Atividades	Advocacy no executivo e legislativo; Articulação política; Comunicação política; Produção de conhecimento; Educação e formação política.
Financiamento	Não menciona.
Apoiado por	Não menciona.
Articulado com	Universidade livre feminista
Perfil militante	Uma equipe fixa formada por consultores e colaboradores militantes.
Site	http://www.cfemea.org.br

O Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA (<http://www.cfemea.org.br>) é uma organização não governamental e sem fins lucrativos fundada em 1989 em Brasília para regulamentar os novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988. Trabalha o advocacy no executivo e legislativo, articulação política e comunicação política em orçamento mulher, poder e política, enfrentamento à violência contra as mulheres, direitos sexuais, direitos reprodutivos, trabalho e proteção social.

No site propõe uma iniciativa popular para reforma do sistema político e pede assinaturas a ela, convida para um curso sobre reflexões feministas sobre o processo eleitoral, compartilha notícias, a versão digital do jornal Fêmea e o relatório semanal das atividades do Congresso Nacional.

O site ainda promove o canal de vídeos TV Feminista, criado pela Universidade Livre Feminista e biblioteca “Guia dos direitos da mulher no Brasil”, que informa sobre os direitos básicos nas áreas de direito civil, constitucional, eleitoral, penal, humanos, trabalho e previdência, saúde e educação. A Universidade Livre Feminista se apresenta como um espaço de estudo, reflexão, construção de conhecimento, debates e luta por direitos das mulheres. O objetivo é fortalecer o feminismo e a luta por uma sociedade pós-capitalista e pós-patriarcal.

A CFEMEA apresenta como seus objetivos:

- Defender e promover a igualdade de direitos e a equidade de gênero na legislação, no planejamento e na implementação de políticas públicas considerando as desigualdades sociais geradas pela interseção das discriminações de sexo e de raça.
- Incidir sobre o processo orçamentário com vistas à sua democratização e transparência, bem como na incorporação da perspectiva de gênero e de raça/etnia nos gastos públicos.
- Contribuir para fortalecer os movimentos de mulheres e feministas participando das suas articulações, subsidiando diálogos com outros movimentos sociais e, ampliando canais de interlocução com o Poder Público.
- Promover a presença das mulheres e as pautas feministas nos espaços e processos de participação e de representação política.
- Desenvolver instrumentos de comunicação política para ampliar a esfera pública de debate sobre as plataformas feministas, possibilitando a articulação em torno da agenda política para a igualdade de gênero.

4.2.8. Direitos reprodutivos: Blogueiras Feministas

Blogueiras feministas	
Fundação	2010
Tipo de organização	Organização informal
Missão	“Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.”(138)
Atividades	Compartilhamento de informações, posts opinativos, organização de campanhas, blogagens coletivas, eventos e marchas.

Financiamento	Auto-financiado
Apoiado por	Não há menção de apoio.
Articulado com	FEM Materna, Feministas na cozinha e Biscates Social Club.
Perfil militante	Homens e mulheres em torno de 30 anos, com formação universitária e perfil profissional variado.
Site	http://blogueirasfeministas.com

O site Blogueiras Feministas (<http://blogueirasfeministas.com>) foi fundado em 2010, em meio ao debate da eleição da presidente Dilma Rousseff, com o objetivo de oferecer uma crítica feminista ao que acontece no mundo.

Trata-se de um espaço que pretende ser plural e, para tanto, qualquer pessoa interessada em publicar um texto pode enviá-lo para avaliação do grupo. Além dos textos o coletivo convoca manifestações, marchas (como a marcha das Vadias) e blogagens coletivas (8 de março e pelo fim da violência contra a mulher).

Além do site, o Blogueiras Feministas mantém perfil no Facebook, Google+, Twitter, Orkut, YouTube, Tumblr e mandam atualizações dos conteúdos por email.

No site podemos localizar posts acerca de parto, violência obstétrica e aborto.

4.2.9. Direitos reprodutivos: Cebes

Cebes – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde	
Fundação	1976
Tipo de organização	Entidade civil sem fins lucrativos
Missão	Organizar e fomentar debates, estudos, pesquisas na área de saúde e lutar pela melhoria das condições de vida e de saúde do povo brasileiro.
Atividades	Trabalha para o fortalecimento do modelo democrático com foco nos movimentos sociais, intervenção nas políticas e práticas parlamentares e institucionais, crítica e formulação teórica sobre as questões de saúde e contribuição para a

	consolidação das liberdades políticas e para a constituição de uma sociedade mais justa no Brasil.
Financiamento	Através do site não esclarece quais são suas fontes de financiamento.
Apoiado por	Através do site não expõe claramente seus apoiadores.
Articulado com	Visitando a área “Cebes Apoia” e “Do Cebes e parceiros” podemos verificar articulação com universidades e o Partido dos Trabalhadores, mas como não há declarações explícitas não é possível afirmar o nível de comprometimento na articulação. A área de links há citação para dezenas de grupos do Brasil e do exterior, incluindo Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), Blog Saúde com Dilma, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), Ministério da Saúde, Nações Unidas no Brasil, SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, Asociación Latinoamericana de Medicina Social (ALAMES), Health Canada, Social Medicine Portal, Pan American Health Organization (PAHO), World Federation of Public Health Associations, entre muitas outras.
Perfil militante	O perfil dos associados é predominantemente de profissionais e pesquisadores em saúde.
Site	www.cebes.org.br

O Centro Brasileiro de Estudos de Saúde - CEBES (www.cebes.org.br) foi criado em 1976 como uma organização civil sem fins lucrativos com a missão de discutir a promoção da saúde no Brasil.

A associação cria conteúdos, promove debates, publica a revista Abres (revista de divulgação da associação) e a revista Saúde em Debate que atende a critérios e objetivos científicos e faz parte da base LILACS com classificação Qualis Nacional B. Na internet mantém perfil no YouTube, Facebook e Twitter.

O CEBES mantém núcleos regionais em Alagoas, Bahia, Baixada Fluminense/RJ, Brasília/DF, Campinas/SP, Cascavel/PR, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Londrina/PR, Maringá/PR, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, Ribeirão Preto, Rio Grande do Sul.

A maior parte do conteúdo do site é uma coletânea do que é publicado na mídia sobre temas relacionados a saúde. A maior parte do conteúdo do site foi criada pela própria CEBES, com conteúdo externo apenas na área Notícias e na área Bibliotecas Virtuais. Lá são apontados links para a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), Centro de Documentação e Informação da FAPESP, Observatório de Conjuntura da Política de Saúde, Portal Periódicos CAPES, Public Library of Science (PLOS), The British Library e Unesco Libraries Portal. Diferente de outras associações, não há uma área para documentos científicos ou legais relevantes. Textos a respeito de parto e aborto podem ser localizados neste site.

5. ANÁLISE

5.1. OS MOVIMENTOS UM A UM

Durante todo o processo de compilação de informações percebi uma distinção específica entre os dois movimentos: parto humanizado e aborto. Embora ambos estejam relacionados na esfera dos direitos reprodutivos e em defesa dos interesses das mulheres, os protagonistas e os discursos mudam.

O discurso do grupo Católicas pelo Direito de Decidir é realizado na perspectiva das mulheres, onde as pessoas que se inscrevem se inserem no problema utilizando, frequentemente, o pronome “nós”. Os conceitos e palavras mais referenciados no discurso da organização dizem respeito à laicidade, direitos humanos, justiça social, violência, saúde e teologia feminista. Para dar suporte a argumentação são citadas pesquisas científicas, documentos gerados por ONGs, pesquisas de opinião pública, resoluções de conferências, normas técnicas do ministério da saúde, dossiê sobre o atendimento ao abortamento em hospitais públicos, entre outros.

Os integrantes da CCR são professores, pesquisadores, juízes, juristas e consultores, entre outros profissionais, que colocam sua experiência e conhecimento a serviço da militância pró-aborto. Diferentemente do que aconteceu no discurso da Católicas pelo Direito de Decidir a discussão sobre o estado laico e a religião não é tão relevante neste movimento.

O site Amigas do Parto foi construído defendendo o ponto de vista das mulheres usuárias dos serviços. O propósito é informar através do site e engajá-las para a conscientização e mudança de atitude através das listas de discussão. Os documentos citados no site são pesquisas disponíveis na Cochrane, artigos científicos sobre episiotomia e medicina baseada em evidências, além de recomendações da OMS. Mulher, médico, marido, doula e enfermeira são citados nos textos publicados no site.

A Parto do Princípio é uma rede formada essencialmente por mulheres que dizem querer tomar para si as decisões a respeito de seus corpos, de sua saúde, de suas vivências. Frisam em sua apresentação que suas ideias não se baseiam apenas em verdades ou crenças pessoais, mas em evidências científicas, parâmetros médico-epidemiológicos e diretrizes determinadas por organizações de credibilidade mundial como a OMS.

O Parir é Natural é um blog fundado por profissionais da saúde tendo como seus articulistas Carla (obstetra, São Carlos), Jamile Bussadori (parteira profissional – enfermeira obstetra, São Carlos), Ju Bueno (anestesiologista, Santo André) e Rogerio (obstetra, São Carlos). Tanto o título “Parir é natural” quanto o subtítulo “Não há nada mais feminino que parir” remetem à reflexão do que é essencialismo. Seria o essencialismo o retorno ao fisiológico ou a vivência de um parto cirúrgico decente, comportado, controlado e que preserve a vagina como um objeto de prazer heterossexual, como sugere Claudia Malacrida (89)?

A CFEMEA é uma organização formalizada, com colaboradores e militantes profissionalizados. Sua proposta é um olhar analítico e propositivo acerca da problemática feminina incluindo orçamento público, poder e política, enfrentamento à violência, direitos sexuais e reprodutivos, trabalho e proteção social. Não encontramos no site relatos em primeira pessoa ou casos específicos. É o compartilhamento de estudos, matérias publicadas na mídia, pesquisas, vídeos e publicações. É uma associação organizada majoritariamente por mulheres, e em algumas comunicações utilizam pronome nós, ou seja, incluindo a CFEMEA na questão.

A maior parte do material publicado no site da CEBES são conteúdos de outros canais de notícias, sendo apenas as áreas Blog e Análises as que encontramos material original. Nesta área o termo nós é utilizado como sinônimo de sociedade, profissionais de saúde e o grupo CEBES. Os atores mais citados no site da CEBES são os políticos, com ênfase no ministro da saúde. A presidente da CEBES é a Ana Maria Costa, uma das criadoras do PAISM (Política de Assistência Integral à Saúde da Mulher).

A perspectiva do debate no Blogueiras Feministas é a de mulheres auto-intituladas feministas e homens pró-feminismo. No site palavras como direitos, aborto, filhos, mulheres, violência, política, corpos, lésbicas e domésticas, são bastante citadas, bem como documentos do STF, convenções e documentos científicos, mas não há um compromisso em embasar as informações lá publicadas. Trata-se de um espaço opinativo com baixa expectativa por referências e fontes. Nas discussões relativas aos direitos reprodutivos são citados atores como feministas, blogueiros, governo, homens, mulheres, lésbicas e médicos.

Ao discutir o lugar de onde cada movimento fala e as pessoas envolvidas é preciso lembrar as diferenças essenciais entre as duas causas que impactam diretamente o discurso, a abordagem e as prioridades colocadas. Ao falar de aborto e parto, embora ambos estejam dentro do escopo dos direitos reprodutivos, são dois contextos bastante diferentes.

Aborto refere-se ao indesejado (tanto o filho quanto o ato de realizar o aborto), ao vergonhoso, muitas vezes solitário, anônimo, que pode ser fruto de violência, necessário por problemas de saúde ou decorrente do desejo da mulher de não ter o filho. É um desfecho negativo de uma gestação, algo do qual as mulheres não se orgulham e muitas preferem esquecer. O fato de sua realização ser considerada criminosa e passível de pena de reclusão quando realizada por desejo da mulher faz dele um grande tabu.

Parto, especialmente os ditos humanizados, referem-se usualmente à conclusão positiva de um sonho e de uma longa espera. Como falamos de gestações desejadas, usualmente há o apoio da família, companheiro, celebração e felicidade pelo filho gerado. Quando a experiência do parto é positiva esta é contada muitas vezes em verso e prosa. Quando negativa também não costuma ser omitida, uma vez que a pergunta sobre a experiência em algum momento surge.

Tais significados perpassam a forma como estas histórias são contadas e influenciam a maneira como a defesa de direitos é realizada.

Do lado pró-parto humanizado, muitas mães, gestantes, grupos de apoio ao parto e profissionais da saúde compartilham conhecimentos, fotos, opiniões, mostram seus rostos, oferecem seus nomes e utilizam o apelo dos relatos em primeira pessoa e das evidências científicas como parâmetro de argumentação. Nos sites em defesa do parto humanizado o discurso é técnico e ao mesmo tempo personalista (muitas vezes em primeira pessoa descrevendo relatos de vida, incluindo foto, nome e sobrenome), dispõe de redes de apoio emocional e, não raramente, associado a serviços profissionais com a intenção de geração de demanda comercial.

De outro lado, no ativismo pró-aborto, a militância é realizada por procuração. Poucas são as pessoas que se apresentam defendendo o aborto por motivação pessoal e menos ainda as que se oferecem a compartilhar a experiência. O discurso é político, feminista, relacionado aos direitos humanos ou saúde pública, essencialmente impessoal. O caráter ilegal do aborto e sua vivência como algo negativo e moralmente condenável certamente influencia a comunicação do movimento, onde raramente encontramos relatos pessoais, redes de apoio ou amizades nascidas a partir da vivência da experiência. Isso faz com que as pessoas engajadas o façam de maneira mais intelectualizada, desvinculado de discursos em primeira pessoa. Outra consequência desta ausência de rede estabelecida é a dificuldade em arregimentar voluntários para a questão, uma vez que a maioria prefere evitar o assunto de maneira a evitar consequências legais ou mesmo discriminação entre pessoas próximas. Enquanto o parto é vivido como uma dádiva, cheio de fotos e histórias que todos querem saber, o aborto é um erro, uma vergonha e um pecado que faz com que quem viveu procure esconder e quem pretende recorrer não saiba a quem procurar.

5.2. NUVEM DE TERMOS

As nuvens de termos foram feitas automaticamente pela ferramenta <http://www.tagxedo.com> com os termos encontrados em cada um dos sites em 22/03/2013.

No site Católicas pelo direito de decidir o aborto é um termo destacado mas a influência religiosa no estado laico é o que mais toma espaço no site, atrás apenas das mulheres católicas que são os atores mais implicados nesta discussão.

No site da CCR encontramos destaque para as palavras aborto, mulher e conselho federal de medicina. Diferentemente das Católicas pelo Direito de Decidir, a questão religiosa ou a estrutura católica não merece o mesmo destaque.

No Aborto em Debate o que encontramos é a questão da mulher, violência e saúde e primeiro plano, seguido de perto por atendimento, governo e aborto. A questão da laicidade do estado, nem como os médicos e seus conselhos, não encontram o mesmo destaque.

No site Amigas do Parto o destaque é para as palavras mulher, parto, normal, cesárea, atendimento e humanizados. Podemos dizer que está bem equilibrado, realmente, o objetivo do site: discutir o atendimento ao parto, do ponto de vista humanizado, apresentando uma discussão sobre os prós e os contras entre o parto normal e a cesariana.

No site da Parto do Princípio a discussão entre parto normal e cesariana, ou mesmo o parto humanizado, não tem grande destaque. Aqui a maior presença é para as palavras grupo, apoio, mulher, parto, seguido de perto pelas palavras, bebês, gestante, médico, marido, violência e normal. Esta nuvem talvez reflita o caráter menos informativo e divulgador da rede de apoio ao parto do site. A partir das informações publicadas entendo que o trânsito de informações acontece em outros espaços, como grupos de discussão na internet e nos próprios grupos de apoio da Parto do Princípio.

No site Parir é natural é perceptível que as palavras gravidez, gestação ou cesárea não apareçam com destaque e que normal, natural e mulheres venham atrás das palavras marido, parto, doula, semanas e contrações. Isso se explica por ser um blog que se dedica ao compartilhamento de relatos de partos vivenciados pelos profissionais de saúde que o integram.

A CFEMEA mostra que as palavras notícias, feminista, congresso, violência, mulher e Brasil são as mais destacadas na nuvem. Nem parto nem aborto obtém grande destaque, ainda que aborto e reprodutivo ainda seja possível localizar na imagem.

Na CEBES encontramos destaque para as palavras revista, conjuntura, debate, cebs, congresso nacional, saúde, social. As palavras parto, aborto ou direitos reprodutivos não tem destaque.

Nos Blogueiras Feministas as palavras mulheres, princesas, violência, sexismo, cultura, blogueira e feminista encontram destaque. Parto, aborto ou direitos reprodutivos não apresentam destaque na imagem.

Analisando todas as nuvens de termos vemos que elas têm pouco em comum. Com exceção do CEBES todos tem recorte feminista, citam a palavra mulher (ou mulheres) e a temática da violência e gravidez aparecem com frequência.

ABORTO	<p>Católicas pelo direito de decidir</p>	<p>Aborto em debate</p>	<p>Comissão Cidadania e Reprodução</p>
PARTO	<p>Amigas do Parto</p>	<p>Parto do Princípio</p>	<p>Parir é natural</p>
DIREITOS REPRODUTIVOS	<p>CFEMEA</p>	<p>CEBES</p>	<p>Blogueiras Feministas</p>

5.3. CONTEÚDO DOS SITES

O site do grupo Católicas pelo direito de decidir (CDD) preocupa-se em equilibrar as diversas dimensões do problema aborto, envolvendo questões religiosas, de cor, classe social. Do ponto de vista técnico o site privilegia a produção do conhecimento e comunicação, bem como promove iniciativas de protestos e mobilizações. Sobre propriedade intelectual e os direitos de uso dos textos escritos pelo grupo Católicas pelo direito de decidir (CDD) não há qualquer menção a isso nas páginas, mas boa parte do conteúdo é réplica de portais de notícias e outros sites.

Já o site da CCR (Comissão de Cidadania e Reprodução) tem ênfase na questão legal e técnica do tema. Seus discursos não são voltados ao convencimento do público em geral, articulação de rede, mudança de opinião ou mobilização de grupos, mas seu site tem o intuito de comunicar os avanços e problemas na área. As ações da CCR visam os espaços de poder e não a construção da opinião pública. Em resumo, o site da CCR tem função de comunicar suas ações bem como compartilhamento de conhecimento. Com relação aos cuidados com os direitos autorais, não há qualquer menção a *copyright*, ao *copyleft* ou menção à propriedade intelectual do conteúdo divulgado.

O Aborto em debate podemos definir como site não opinativo, funcionando como um concentrador de informações para a sociedade. Considerando as referências técnicas compartilhadas no Aborto em Debate encontramos documentos referentes a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), Convenção de Belém do Pará (1994), Resolução sobre mortalidade materna das Nações Unidas (2009), leis brasileiras, normas técnicas do ministério da saúde, entre outros. Na medida em que o site é, como dissemos, não opinativo, mas uma grande colcha de retalhos formada por matérias, documentos, vídeos e fotos, não é possível atribuir ao Aborto em Debate uma referência clara sobre seu entendimento de atores envolvidos na questão do aborto. Como se trata de uma coleção de informações, um site criado para o compartilhamento de publicações sobre o tema, não há nenhum controle de propriedade do conteúdo gerado. Também não há esforços visíveis no site para engajar pessoas no sentido de criar comunidades, mobilizar protestos ou criar rede de debate acerca do tema.

A ênfase do site é na defesa individual de direitos, oferecendo informações para que as mulheres façam escolhas, questionem práticas e, eventualmente, mudem suas equipes de assistência ao parto de maneira a garantir o atendimento desejado.

No Amigas do Parto estão disponíveis muitos relatos de parto acontecidos em hospitais, domicílio ou em casas de parto. A menção à existência da casa de parto é um pouco importante e interessante, dado que são pouquíssimas as disponíveis no Brasil e sempre no sistema único de saúde. O ponto de vista ativista as páginas têm como objetivo a disseminação de informação e a formação de comunidades virtuais no *YahooGroups*. Todo conteúdo exclusivo do site possui restrição autoral e reserva à propriedade intelectual, sendo exigida autorização prévia ao compartilhamento.

No Parto do Princípio os elementos mais discutidos são as evidências científicas e o esclarecimento das usuárias. Uma tradução ou consolidação das informações disponíveis para quem precisa rapidamente conhece-las para decidir. Estas informações são muito mais pertinentes a mulheres que vão utilizar o sistema privado de saúde, que tem liberdade de mudar de médico ou modelo de atendimento. E a expectativa é a mudança do cenário através da mudança das atitudes das mulheres, especialmente em seus papéis de consumidoras. A função do site da Parto do Princípio é, principalmente, servir como uma forma de organização da rede geograficamente ampla, eventualmente como suporte a mobilizações para protestos e compartilhamento de conhecimento mais básico. Nos grupos de apoio presenciais (voltados para as gestantes) há um maior investimento na transmissão de conhecimentos e na formação afetiva da comunidade. Todo o conteúdo do site menciona a propriedade intelectual, o copyright, utilizando a expressão “Todos os direitos reservados”.

No Parir é natural são apresentados relatos compartilhando, em um misto de poesia e descrição, relatos de parto. Além disso, discussão de casos científicos e comentários sobre matérias sobre o tema parto publicadas em jornais ou revistas de circulação nacional também faz parte do corpo deste blog. Podemos definir o Parir é Natural como um blog que tem como objetivo a produção de conhecimento e comunicação. Em suas páginas não há menção a propriedade intelectual ou direitos reservados.

Analisando o CFEMEA dentro do escopo dos direitos reprodutivos o aborto é muito mais mencionado do que a questão do parto. Com relação ao parto a menção que há é sobre a violência obstétrica e casas de parto. Nos dois casos há narrativas a respeito dos problemas, mas não discussões consistentes nem propostas de ação. A respeito da interseccionalidade mais se fala de raça. Análises possíveis entre o rural e o urbano, diferentes faixas etárias, religião, classe social ou escolaridade não são tratados com especial atenção. Contudo o recorte de raça, com ênfase nos riscos aumentados das mulheres negras, tem espaço amplo. Na questão do aborto há a discussão sobre a necessidade de descriminalização e o quanto de mortes e sofrimento o atual modelo impõe às ~~mulhers~~mulheres. Na questão do parto apresentação de alguns cenários que indicam a má qualidade do serviço. Em ambos

os casos a solução passaria por regulamentação e melhoria na prestação dos serviços. A CFEMEA não tem representação em rede, trata-se de uma organização fechada, com site cuja função é comunicar e compartilhar conhecimento. Cita explicitamente que o compartilhamento das informações é permitida desde que citada a fonte.

No blog do CEBES há menção, no que diz respeito ao parto, à necessidade de mudanças no modelo de atenção ao parto tanto no SUS quanto nos serviços privados. Há um pleito também por um atendimento respeitoso em ocorrências de aborto provocados ou não, visando minimizar danos e a descriminalização do aborto. Estas questões são vistas como importantes por serem questões relacionadas a direitos humanos e por estarem envolvidas com importantes fatores relacionados a mortalidade materna. Segundo o site da CEBES, essa é uma questão grave e com impactos de acordo com a raça: as indígenas e as pardas são as que tem uma maior taxa de mortalidade materna. As principais causas são doença hipertensiva específica da gravidez (DHEG), hemorragia, infecção puerperal e aborto. A causa é o atendimento inadequado, do pré-natal ao parto. Nas informações compartilhadas pela CEBES encontramos menção à interseccionalidade. Há a menção de que mulheres negras tiveram menos acesso a analgesia no parto, segundo pesquisa, e que a criminalização do aborto prejudica especialmente as mulheres pobres, negras e jovens, do campo ou da periferia das grandes cidades. Contudo este é um assunto que do ponto de vista da estratégia de saúde pública não tem sido acolhido adequadamente. Apesar de haver políticas no ministério da saúde para a promoção da equidade de grupos específicos as estratégias, estrutura, projetos e orçamentos são frágeis. O site é o meio de comunicação de uma organização sem fins lucrativos para defesa da saúde. Através dele conhecimentos são compartilhados e são feitas comunicações. Não há menção no site sobre o direito de uso do conteúdo.

O site Blogueiras Feministas prioriza destacar questões onde elas entendem que a sociedade ainda precisa avançar para alcançar a equidade, através de textos opinativos e de análise conjuntural sob o viés de gênero. Os textos são divididos nas categorias corpo, cultura, feminismo, mídia, política, relacionamentos, saúde, sexismo, sexualidade, trabalho e violência. O site tem função de produção de conhecimento, é geograficamente amplo, cria uma comunidade através de seus espaços de comentário, grupos no Facebook e encontros presenciais, e eventualmente mobiliza o grupo para protestos através de marchas e blogagens coletivas. A licença do blog é Creative Commons, permitindo republicação desde que citava a fonte. O site não é claramente propositivo e as sugestões são genéricas como descriminalizar o aborto e humanizar o atendimento ao parto. São chamados a ação os espaços de poder, como o legislativo, o judiciário e o executivo. A maior ênfase do Blogueiras Feministas é na autonomia das mulheres. Como não se trata de um blog que só fale de direitos reprodutivos, suas discussões são mais de fundo, históricas, com relação a toda falta de liberdade que as mulheres vivem.

5.4. CONSUMO

“(…) as mulheres que têm condições financeiras de pagar um médico, mesmo que isso seja ilegal, não sofrem consequências físicas. ‘Não podemos fingir que não está acontecendo nada. As mulheres decidem interromper a gravidez hoje, decidiram ontem e vão decidir sempre. Enquanto os que podem pagar estiverem protegidos e fazendo esse aborto com segurança (e são as filhas de juízes, médicos e advogados muitas vezes), ninguém vai se preocupar com aquelas que são de cor negra, pobres e não podem fazer essa interrupção da gravidez com segurança.’”(CCR)

“Mulheres que gostariam de experimentar o parto normal hoje se queixam que o tipo de parto é definido pelo bolso e não pelas suas condições de saúde. Quando podem pagar a mais, o médico do plano se ‘dispõe’ a acompanhar o parto natural. Se não têm dinheiro, a cesárea é marcada já nas primeiras consultas do pré-natal. Não importa a idade da paciente, se já teve filhos ou se ela reúne condições que permitem o parto normal.” (CEBES)

Pagar para resolver o seu problema pessoal é uma possibilidade, mas um movimento aceitar isso como solução desconsidera a realidade do país. Na questão do aborto, embora se diga que ele só é um problema para quem não pode pagar, não podemos desconsiderar que mesmo estas são desafiadas pela clandestinidade e a moralidade. Quem pode localiza bons profissionais que garantirão um aborto seguro. Contudo é a universalização deste suporte que é a pauta dos movimentos que pesquisamos, bem como a garantia de um estado laico que não permita eu assuntos religiosos influenciem decisões eminentemente técnicas. Por outro lado, na mobilização pró-parto o que encontramos é a identificação dos problemas enfrentados de forma hegemônica no serviço público e privado e o apontamento de algumas soluções, como algumas poucas ilhas de excelência (no SUS, onde existem) ou profissionais diferenciados, que prestam serviços de acordo com o defendido como boa prática. Essa é uma solução possível a quem tem acesso a um destes poucos serviços do SUS ou para quem pode pagar e desde que haja profissionais disponíveis. Considerando a maior parte das mulheres não alcança este serviço de qualidade, identificamos a necessidade de repensar e propor um novo modelo de assistência.

A questão do consumo do parto ~~ela~~ é controversa, pois dependendo do contexto nem mesmo através dele é possível obter a assistência desejada. Enquanto

no SUS o parto vaginal, não raramente violento, é a regra, enquanto para as usuárias de planos de saúde o cenário é o contrário. A regra é a cesariana e para alcançar o parto vaginal com atendimento respeitoso muitas recorrem ao pagamento particular de algumas equipes específicas. Ou seja, consumir um plano de saúde, via de regra, não é a solução para o problema.

A discussão do aborto propõe defender a descriminalização e a disponibilidade do serviço no SUS. O movimento do parto, ao menos os três movimentos selecionados, não discutem uma solução abrangente e que atenda a todas as mulheres. Os caminhos apontados são, usualmente, soluções individuais que implicam na contratação de serviços. Embora os pedidos de mudança sejam embasados em evidências científicas que os apontam como boas práticas e sustentam os pleitos, podemos dizer que há um conflito de interesse entre boa parte dos que articulam o movimento da humanização do nascimento, na medida em que são prestadores de serviço que atuam neste novo modelo e que, através de seus canais, sejam os sites ou os grupos de apoio presenciais, não apenas disseminam a informação mas também promovem seus trabalhos, vendem produtos e geram demandas.

Contudo, na militância pelo parto humanizado, ainda que os movimentos não tenham exatamente foco no atendimento público na maior parte das ações, suas ações acabam impactando a melhoria dos serviços no Sistema Único de Saúde. Ao recorrerem ao Ministério Público, proporem audiências públicas, realizarem denúncias de violência obstétrica, projetos de lei e manifestações que geram debates na sociedade e pautas para a mídia, há uma movimentação que reflete em políticas. Tais iniciativas formam opinião e causam pressão para a oferta de serviços de qualidade, na medida em que as mulheres, profissionais e gestores se tornam melhor informados. A rede de apoio ao parto humanizado também se mobilizou em defesa das obstetrias e pela permanência do curso de obstetrícia da Universidade de São Paulo, o que também atende a interesses coletivos.

O reflexo no discurso de humanização do nascimento também pode ser visto no atendimento às mulheres em situação de abortamento. As pesquisas de violência obstétrica mostraram que o abuso também é bastante frequente no atendimento à mulher que aborta, o que levou à discussão e criação de protocolos para a humanização do atendimento às mulheres nesta situação.

5.5. CLASSE SOCIAL

A classe social é um fator mencionado pelos movimentos como um agravante para os riscos envolvidos em um parto violento ou complicações no

aborto. No movimento do parto, no site Amigas do Parto encontraremos uma menção ao tema:

O nascimento deixou de ser um evento cultural para se tornar um acontecimento médico. A intervenção passou a ser a regra. Na classe média das grandes cidades os índices de cesariana chegam a 70%.

Com relação ao aborto a classe social também é mencionada:

“Discutir o aborto num universo imaginário onde os humanos são perfeitos é uma coisa instigante do ponto de vista filosófico, principalmente se adicionado o cunho religioso. Na prática, o que a gente discute é se mulher **pobre** tem que morrer ou ser presa para fazer a mesma coisa que mulher **rica** já faz no Brasil.” (Blogueiras Feministas)

“Ora, as razões que as levam a cogitar, ou praticar, um aborto, raramente são levianas. São situações de abandono por parte de um namorado, marido ou amante, que às vezes desaparecem sem nem saber que a moça engravidou. Situações de **pobreza** e falta de perspectivas para constituir uma família ou aumentar ainda mais a prole já numerosa. O debate envolve políticas de saúde pública para as classes pobres. Da classe **média para cima**, as moças pagam caro para abortar em clínicas particulares, sem que seu drama seja discutido pelo padre e o juiz nas páginas dos jornais.” (Católicas pelo direito de decidir)

Nos movimentos de direitos reprodutivos há menção também sobre classes sociais:

“Ao contrário das gestantes com acesso a **convênios médicos** ou serviços particulares, aquelas que realizam o pré-natal pelo **SUS** frequentemente não têm a chance de escolher o médico que irá assisti-las e, provavelmente, não terão poder de negociação sobre o tipo de parto de sua preferência ou a forma de atendimento que desejam.” (Cebes)

“O aborto realizado de modo clandestino envolve riscos à saúde, mas os riscos não são iguais para todas as mulheres já que as de **classe social mais altas** buscam serviços que, mesmo clandestinos, são melhores. Por ser causa de morte e de adoecimentos de milhares de mulheres, o aborto ilegal deve ser tratado como um grave problema de saúde pública. A solução para isso é a retirada da condição da ilegalidade da interrupção voluntária da gravidez na legislação brasileira.” (Cebes)

“(...) ‘quanto mais quanto mais jovem, mais escura e mais **pobre**, maior a violência no parto.’ As agressões antes e durante o parto, praticadas por profissionais de saúde, vão de repreensões, humilhações e gritos à recusa de alívio da dor (apesar de medicamento indicado), realização de exames dolorosos e contraindicados, passando por xingamentos grosseiros com viés discriminatório quanto à classe social ou cor da pele.” (Cebes)

A categoria analítica classe social traz consigo alguns desdobramentos: idade, escolaridade e a questão urbano/rural ou centro/periferia. Há menção, nos movimentos de direitos reprodutivos e a favor da descriminalização do aborto que as mulheres mais jovens, de baixa escolaridade e foram das regiões centrais são mais vulneráveis aos problemas apontados. Nos movimentos em defesa do parto humanizado não há uma problematização destas questões, levando-os a crer que este movimento considera estar falando de igual para igual: pessoas da mesma classe social, com poder de consumo semelhante, escolaridade e idades semelhantes e moradoras dos centros urbanos.

Concluindo, nos direitos reprodutivos o que encontramos é um cenário semelhante ao que vemos em outros setores: um serviço público ruim e ainda pior aos que são mais vulneráveis. A surpresa é que mesmo para os que pagam, não há a garantia de que o dinheiro traga qualidade. Não basta pagar, é preciso garantir estar em uma ilha de excelência para obter o atendimento dentro das melhores práticas.

5.6. MORTALIDADE

“Países como Holanda e Inglaterra, com índices de **mortalidade** materna e infantil baixíssimos, ainda baseiam toda a assistência ao parto na figura da obstetriz ou parteira. Nestes países os médicos obstetras são considerados especialistas que tratam apenas de eventuais complicações e das gestações de risco. As obstetrizes cuidam do pré-natal e fazem o parto normal da grande maioria das mulheres.” (Amigas do Parto)

“(...) de acordo com o Ministério da Saúde, uma mulher **morre** a cada dois dias em decorrência do aborto inseguro, que é a terceira causa de mortalidade de mulheres no Brasil, afetando principalmente as que são pobres, negras e jovens. Em algumas cidades como Salvador, o aborto inseguro é a primeira causa de **mortalidade** materna.” (Católicas pelo direito de decidir)

Os dois movimentos defendem que as soluções que apontam são medidas imprescindíveis para a melhoria da saúde da mulher e, especialmente, garantia de menor mortalidade materna. Este é um ponto de bastante convergência entre as ideias, na medida em que o aborto inseguro e as cesarianas desnecessárias aumentam, e muito, as chances de complicações de saúde e riscos de vida. Os movimentos de direitos reprodutivos apontam esta mesma relação e a mortalidade materna é uma questão relevante neste cenário.

5.7. RAÇA

Não apenas por questões de preconceito, que também é pode ser um fator, mas também por ter relação com pobreza, escolaridade e outras condições de segurança social as mulheres de raça negra são mais vulneráveis ao atendimento ao parto inadequado e risco de morte por complicações da gravidez, parto, puerpério ou aborto. Esse é um fato que as organizações de direitos reprodutivos apontam, as organizações em defesa do aborto também mas que os movimentos em defesa ao parto humanizado não mencionam. A dificuldade de atendimento e maior vulnerabilidade das mulheres de raça negra não é algo pautado em nenhum dos sites ligados movimentos do parto humanizado que analisamos nesse estudo.

“No Brasil, foi também criada uma Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde- CNDSS, cujo relatório apontou a persistência de inúmeras iniquidades em saúde, com base em uma sólida produção acadêmica. As evidências apontam que as chances de utilização dos serviços de saúde estão fortemente associadas a variáveis sócioeconômicas, tais como **raça**, anos de estudo, ocupação, acesso a serviços públicos (...) **mulheres negras** tiveram menos acesso à escolha e aos serviços de qualidade e também receberam menos anestesia durante o parto.” (CEBES)

“Sabe-se da desigualdade existentes no perfil das mortes maternas de **mulheres negras e brancas**, ou moradoras de diferentes regiões do Brasil. É necessário um enfrentamento direto destas condições” (CEBES)

5.8. RELIGIÃO

Na mobilização pró-parto humanizado a espiritualidade e a religiosidade é mencionada pelas mulheres como recurso para ultrapassar um momento difícil ou como algo sentido no próprio parto, entendendo-o como um evento transcendente. Enquanto isso, a questão do aborto remete à morte, culpa e pecado tendo os

movimentos religiosos como os maiores adversários de sua descriminalização. Tal diferença de significados morais e religiosos nestes dois momentos da vida reprodutiva feminina traz enormes consequências sobre como isso é vivido na vida privada e discutido publicamente.

Do ponto de vista do perfil das mulheres de acordo com as suas religiões, não há menção sobre preferências religiosas no caso do parto humanizado. A despeito da pressão das religiões cristãs pela manutenção da criminalização do aborto, as mulheres que se dizem católicas fazem parte do perfil que mais realiza o procedimento, segundo estudo já citado promovido pelo ministério da saúde (94) e disponível no site CFEMEA:

“Predominantemente, mulheres entre 20 e 29 anos, em união estável, com até oito anos de estudo, trabalhadoras, **católicas**, com pelo menos um filho e usuárias de métodos contraceptivos, as quais abortam com misoprostol.
(...)

E deste conflito entre a vida prática e os dogmas, entre as fiéis e os preceitos religiosos nascem movimentos como o “Católicas pelo Direito de Decidir” que ocupam justamente este espaço de discutir o aborto como o direito humano, insistindo no aspecto técnico da questão e na laicidade do estado. Aliás, a necessidade da preservação de um estado verdadeiramente laico é algo mencionado por todos os movimentos pró-descriminalização do aborto enquanto é algo que em nada influencia os movimentos do parto.

Analisando os nove sites que integram este trabalho vemos a religiosidade mencionada na esfera privada na questão do parto, mas não sendo este um assunto que suscite interferências religiosas nas políticas públicas. O mesmo não acontece com o aborto onde encontramos as instituições e valores religiosos impeditivos importantes na implantação de políticas públicas de caráter técnico para a redução da mortalidade materna e garantia dos direitos humanos.

6. DISCUSSÃO

Seguindo o método descrito, nossa intenção era garantir transparência nos procedimentos e expressividade nas escolhas das organizações, mesclando um procedimento reproduzível para a determinação de um grupo de sites com a posterior seleção daqueles que poderiam ser mais representativos dentro das premissas estabelecidas. Tal condução nos trouxe vantagens, mas também dúvidas. Do lado positivo é possível citar a minimização de vieses na escolha dos objetivos de estudo que, em um oceano de possibilidades como a internet nos apresenta, poderia ser injusto. Do lado negativo é preciso considerar que os sites exibidos prioritariamente pelo Google não implicam, necessariamente, em uma relevância social, mas uma relevância digital. Dada a amostra resumida natural em uma pesquisa qualitativa não é possível afirmar os resultados como universais. Mas os achados apontam algumas características entre os movimentos que utilizaremos aqui para traçar perfis e articular possibilidades interpretativas.

Uma segunda questão importante é que o material para análise é o conteúdo publicado nos próprios sites. A partir disso percebemos que algumas informações estão ausentes, desatualizadas ou mudaram no tempo de vida do site, prejudicando avaliações históricas. E, por fim, o propósito deste trabalho é apontar as diferenças entre os movimentos. É preciso manter isso em mente para que não se tenha a impressão de que eles são apenas distintos. Poderíamos ter encontrados muitas similaridades, provavelmente, se este fosse o escopo da dissertação, mas o recorte escolhido foi iluminar apenas os contrastes. Sem esta advertência e lembrança talvez a discussão pareça injusta e incompleta.

Nos movimentos pró-parto humanizado chama atenção que há pouca menção sobre os diferentes perfis e necessidades das mulheres na hora do parto, considerando suas realidades socioeconômicas ou outros marcadores sociais da diferença como idade, raça ou pertencimento socioeconômico. Isso faz pensar que o movimento do parto talvez esteja falando entre iguais. Dentre os relatos de parto apresentados o perfil que encontramos em quase a totalidade são de mulheres urbanas, com alta escolaridade, casadas e usuárias do serviço privado de saúde. A discussão fica entre os aspectos técnicos (justificativas baseadas em evidências para a escolha de uma forma de parir ou outra, entre o domicílio e o hospital, ou quando os procedimentos são necessários), mas isso não caminha para a proposição de uma política pública, fortalecimento do SUS ou para uma mudança de cenário. O que se coloca são estratégias individuais de solução, que começa por escolher uma equipe com taxas altas de parto de acordo com as evidências, discussão de plano de parto com o médico até esperar ao máximo para ir ao hospital, chegando lá com o trabalho de parto já adiantado. Tanto no site do Amigas do Parto quanto no Parir é natural

verificamos que os autores são, ao menos em parte, profissionais envolvidos com a prestação de serviço relacionado ao parto.

No caso da Parto do Princípio não há um vínculo direto de profissionais, pois eles se apresentam como uma rede de mulheres, mas entrando no site dos GAPP (grupos de apoio à maternidade ativa que são o braço de atuação concreta da Parto do Princípio) identificamos que a maior parte deles são mobilizados por doulas e, alguns, oferecem serviços de Yoga, educação perinatal ou mesmo o atendimento ao parto através da doulagem. Além disso garantem o encontro periódico (semanal, quinzenal ou mensal) no grupo de apoio, gratuito, como é critério para ser credenciado como um GAPP. Mas, sendo este movimento fortemente vinculados aos profissionais que prestam o serviço da humanização do nascimento, é inevitável fazer uma conexão entre a disseminação da informação e a prestação de serviços. A partir do que encontramos no site há a impressão de que se trata de ativismo para a geração de consumo. Tal cenário se mostra ainda mais contundente na medida em que, diferentemente do movimento pela descriminalização do aborto ou direitos reprodutivos, em que há interesse em compartilhamento de informações, na rede do parto humanizado é frequente a localização de materiais com reserva de direitos autorais, ou *copyright*, sendo que o mesmo não se localiza nos demais site referente à mobilização pró-descriminalização do aborto ou em defesa dos direitos reprodutivos.

Contudo, este mesmo movimento tem se mobilizado por causas que vão além disso como para a abertura e manutenção de casas de parto, cursos de obstetrizes e pelo atendimento médico de retaguarda nos partos domiciliares. Falta a estes movimentos a comunicação destas ações em seus sites para que tais mobilizações sejam mais conhecidas.

Falando especificamente da rede Parto do Princípio é preciso reconhecer seu papel, no papel de mulher usuária dos serviços de saúde, no enfrentamento do corporativismo. A disputa por mercado e condições mais favoráveis aos médicos, em detrimento dos interesses das mulheres, é um dos fatores relacionados à má assistência que elas recebem. E elas, como usuárias e consumidores, são os atores mais adequados para apontar problemas e enfrentar interesses que desafiam o coletivo.

Além disso, ao se discutir a baixa qualidade na assistência ao parto em diversas esferas estes movimentos abriram caminho para iniciativas como o projeto federal “Rede Cegonha”.

Nos movimentos a favor da descriminalização do aborto encontramos sites de movimentos articulados com universidades ou formalmente instituídos e com financiamento para a realização deste trabalho. Ou seja, ativistas profissionalmente vinculados com o aborto mas como pesquisadores profissionais e não para a geração

de demanda. Nestes sites e movimentos há muita informação e estímulo para o compartilhamento desta informação, discussão do cenário de forma abrangente, comparação com a situação de outros países, monitoramento dos serviços prestados no país, realização de pesquisas, acompanhamento da mídia e influência nas decisões técnicas e políticas que impactam na questão. Apresentação de casos pessoas são absolutamente raros e, quando ocorrem, são simbólicos. Nenhum destes movimentos apontam caminhos para a solução individual do problema, como onde encontrar medicamentos ou profissionais que possam realizar o aborto. Todos eles, inclusive, denunciam este cenário de possibilidade de aborto aos que podem pagar destacando a urgente necessidade do acesso ao abortamento a todas as mulheres que assim desejem na rede pública de saúde de nosso país. Considerando o custo dos milhares de atendimentos anuais em decorrência de complicações do aborto inseguro, é provável que o suporte ao aborto precoce e seguro na rede pública de saúde não implique em aumento de custo, ou mesmo o reduza. O foco é na garantia de acesso universal de um serviço que hoje é proibido e disponível de forma ilegal aos que podem pagar apenas e também a qualidade deste serviço, na medida em que

Nos movimentos de direitos reprodutivos, há muita discussão, dados e análise de cenários. Do lado do aborto bate-se na tecla da laicidade do Estado, queda da mortalidade materna e acesso universal a um serviço hoje disponível a quem pode pagar. Na discussão do parto, pouco se avança também: denúncias de maus tratos no atendimento obstétrico, denúncia de um cenário predominantemente intervencionista e com altas taxas de cesariana na rede privada, má qualidade do serviço no serviço público. A iniciativa que temos para a mudança do cenário é o projeto “Rede Cegonha” do governo federal.

Com organizações não governamentais fortemente empenhadas e envolvidas na questão, com financiamento para suas ações e técnicos dedicados exclusivamente ao assunto formando conhecimento e garantindo a defesa do tema nas instâncias de poder, parece não há muito o que fazer neste aspecto mais técnico da defesa dos direitos. Mobilizar a sociedade civil em torno do tema é um desafio na medida em que o tema que envolve questões religiosas e morais. É preciso uma boa estratégia de comunicação é possível fazer entender que a descriminalização não significa incentivar abortos mas que, paradoxalmente, pode ser uma boa estratégia para reduzir sua ocorrência.

No debate das questões do parto a percepção é de que ainda há muito que avançar. O uso das evidências científicas como instrumento de defesa de direitos é algo recente e o movimento ainda não está devidamente estruturado e experiente para atuar formalmente nas instâncias de poder. Os problemas relacionados à assistência obstétrica atualmente prestada ainda estão sendo avaliados e aos poucos entram na pauta de discussões fora do movimento, através de audiências públicas, matérias na mídia, manifestações, campanhas de divulgação da lei do acompanhante, mudanças

na legislação, ações no Ministério Público, entre outras. É preciso criar uma agenda propositiva para a mudança do atendimento não apenas através da via do consumo, soluções individuais alcançadas através da contratação dos profissionais adequados, mas de forma abrangente e escalável a toda a população sem, no entanto, desconsiderar as necessidades especiais de cada grupo. Se por um lado o fato de ser um movimento nascido em uma classe média bem relacionada, com alta escolaridade, domínio em língua estrangeira, relacionada com a academia e capaz de buscar, interpretar, disseminar e influenciar outros com os conhecimentos e opiniões geradas, por outro é um grupo que está falando conversando somente entre si com pouco diálogo com o coletivo. Existe uma rede bem articulada e atuante por todo o país e este é o ponto forte do movimento, mas é necessário cuidar para que o conflito de interesses e a mobilização para a geração de demanda dos serviços prestados pelos próprios ativistas não pode se tornar um bem em si. É preciso manter o foco na saúde materno-infantil, respeito aos direitos das mulheres, redução da mortalidade materna e respeito às evidências científicas. É preciso admitir que a mistura entre o ativismo e a prestação de serviços foi a forma possível para a manutenção e financiamento do movimento. Não sendo este um tema adequadamente articulado para a busca de recursos públicos ou de instituições para ser trabalhado, foi esta militância-trabalho que financiou os avanços que temos alcançado. A pergunta que fica é até que ponto o ativismo individual que não se dirige ao Estado nem às desigualdades sociais fará diferença em longo prazo.

Considero surpreendente a constatação das diferenças de enfoque entre os dois movimentos aqui descritos neste trabalho com foco em ciberativismo: o aborto voltado para a saúde coletiva e a humanização do parto voltado para as soluções individuais e para as relações de consumo. A partir destas diferenças de enquadramento, exceto pelo escopo dos direitos reprodutivos e a questão da saúde materna, a articulação dos dois movimentos tem pouquíssimo em comum e não surpreende, então, a pouca intersecção na defesa das duas causas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

" Nunca duvide que um pequeno grupo de cidadãos preocupados e comprometidos possa mudar o mundo; de fato, é só isso que o tem mudado."

Margaret Mead

Dada a minha trajetória pessoal compartilhada no início da dissertação, não foi fácil concluir este trabalho. Refletir sobre o percurso, atores, articulação, objetivos e resultados dos movimentos, especialmente do parto, era também refletir sobre uma parte importante de minha vida nos últimos doze anos. Era refletir sobre amigos, noites em claro, conquistas, sonhos, decepções e sobre minha própria vivência do parto. Para completar a sensação de desamparo, eu comecei a pesquisa com a convicção de que estávamos no caminho certo e que meu papel como pesquisadora seria acelerar o processo, identificando oportunidades para que o movimento crescesse (inicialmente o trabalho era exclusivamente sobre parto, não envolvia o aborto). Ao fim do trabalho não fiquei distante deste objetivo, mas não da forma como eu gostaria. Descobri um movimento mais complexo do que poderia imaginar, descobri que no decorrer do tempo a vida levou o grupo para lugares novos, oportunidades surgiram e ele cresceu. Novos atores chegaram, novos perfis, intenções, possibilidades e oportunidades. Como fazer uma análise suficientemente complexa, justa e propositiva deste cenário era a pergunta que eu me fiz diariamente durante meses.

Além deste desafio, foi desafiadora a discussão das diferenças entre os movimentos. Em diversos momentos assumi um tom peremptório ou de extrema polarização, cuidadosamente apontado no processo de pré-banca. Procurei relativizar todos eles e preocupei-me em esclarecer que estas diferenças apontadas de forma alguma resumem todo o movimento, mas são o foco deste trabalho. Certamente muitas similaridades e agendas comuns podem ser identificadas, mas fogem dos objetivos propostos aqui. Assim, mais uma vez retomo a questão para que este recorte focado nas diferenças seja considerado pelo leitor.

Comparar parto e aborto, embora implique em muitas similaridades, neste estudo foram identificadas divergências que fazem com que a transposição da experiência de um movimento a outro se torne pouco proveitosa. Embora a demanda seja pelo livre acesso ao misoprostol e atendimento às mulheres que desejam abortar nos serviços disponíveis no sistema único de saúde, provavelmente a medida geraria uma maior demanda formal de trabalho provavelmente direcionada aos ginecologistas e obstetras o que faz com que a categoria profissional não se sinta impactada por esta mudança. O grande empecilho da luta pela descriminalização do aborto são questões religiosas e morais, além de conceitos patriarcais e biopolíticos que implicam no controle do corpo feminino. Do ponto de vista dos médicos há

apoio para a descriminalização que, além de ser uma medida para a redução da mortalidade materna, também implica em aumento do escopo de serviços prestados, além de não afetar o poder e a hegemonia médica. Talvez, por parte destes, a discussão se torne mais problemática caso passemos a discutir a realização de aborto por outras categorias profissionais, como enfermeiras e obstetizes.

A questão do parto implica mais em consumo e poder. O atendimento ao parto com atenção individualizada exige a mudança do modelo que não pode ser mais centralizado na figura do médico, mas centralizado nas obstetizes e enfermeiras obstétricas, encaminhando aos médicos os casos patológicos onde intervenções são necessárias. Além disso, implica em uma assistência onde há menor consumo de tecnologias e insumos, além de prejudicar os ganhos em escala na medida em que cada nascimento demandará mais horas de sala de parto ou de profissionais em comparação com um contexto onde cirurgias são realizadas em, no máximo, uma hora. Implicações corporativistas tanto do lado de quem perderá demanda (como obstetras que serão envolvidos apenas em casos complicados e anestesistas que serão demandados em um número muito menor) quanto do lado que será mais demandado (enfermeiras obstetras e obstetizes, que já travam lutas para a delimitação deste território de atuação profissional) completam um cenário que coloca o avanço da luta da humanização do nascimento mais próxima da militância antitabaco, pelas pressões de consumo e corporativistas, do que da questão do aborto ou outra luta por direitos.

Neste sentido concluo este estudo com a certeza de que dei apenas um pequeno passo frente às inúmeras possibilidades que este tema guarda. Quando a pesquisa foi iniciada eu já tinha ideia que a interdisciplinaridade envolvida traria muita riqueza e possibilidades de discussão. Falar de ciberativismo, que era a principal questão quando a pesquisa começou, significava falar de uma mistura de tecnologia, política, comunicação, direito e sociologia de uma só vez. E nesta trajetória esbarrei em ideias de Entman, Castells, Habermas, Pierre Levy, Morozov e David Karpf, além de muita produção científica de pesquisadores de todo o mundo com os mais diversos olhares para a articulação política na internet.

Contudo eu não tinha ideia do quão complexo era o recorte escolhido, do movimento pró-humanização do parto e descriminalização do aborto. Tocar nestes temas significa falar de feminismo, patriarcado, medicalização do corpo feminino, biopoder e biopolítica, direitos humanos, construção social de gênero, maternidade e corpo, além do óbvio direito reprodutivo. Neste momento autores como Judith Butler, Margareth Mead, Susan Wolf e, principalmente, Foucault, além de muitos textos sobre pactos e tratados, começaram a fazer parte do meu cotidiano confundindo as poucas certezas acadêmicas e, principalmente, as muitas frágeis certezas de vida que eu tinha até ali. Neste ponto, eram mais de duas mil referências que precisavam ser sistematizadas, priorizadas e, principalmente, era necessário

definir um fio condutor para este trabalho. Esgotar o assunto estava longe de ser uma possibilidade.

Para o avanço das questões, do ponto de vistas de políticas públicas imediatas, penso que é preciso reforçar o entendimento da saúde reprodutiva de forma integral, garantindo uma abordagem técnica à questão. O treinamento dos profissionais de saúde para um atendimento respeitoso e humanizado, baseado em evidências científicas, é o segundo ponto que precisa ser garantido. O atendimento à gestante e parturiente é, segundo algumas evidências, enviesado por questões de raça ou classe social, o que leva à conhecida violência obstétrica. Garantir um atendimento respeitoso e a garantia dos direitos seja na gestação, parto ou abortamento é algo imprescindível. Em terceiro lugar: educação e informação. Cartilhas e grupos de apoio que forneçam informações a respeito da vida sexual e reprodutiva, que não apenas oriente as mulheres a se comportarem durante o processo mas que as capacitem para a tomada de decisões consciente, através do conhecimento de seus processos fisiológicos e direitos, é um requisito para a mudança de cenário. Por último, garantir o olhar diferenciado aos diferentes grupos. Conhecer os problemas e atender as necessidades dentro do escopo de direitos reprodutivos a mulheres jovens, negras, brancas, indígenas, migrantes, imigrantes legais ou ilegais, mulheres em situação de rua, usuárias de drogas, vítimas de violência, soropositivas, “maduras”, presidiárias, quilombolas, mulheres que estão em assentamentos rurais, casadas, solteiras, lésbicas, portadoras de deficiências, usuárias do sistema privado ou suplementar de saúde, primíparas, múltíparas, gestantes com cesariana prévia, gestantes hípidas ou de alto risco, trabalhadoras, desempregadas, moradoras da periferia ou do centro das cidades, de diferentes religiões, classes sociais, renda ou formações acadêmicas é um desafio importante. E, para tanto, pesquisas quantitativas e qualitativas que levem em consideração as interseccionalidades são imprescindíveis para o desenvolvimento de políticas públicas e aprimoramento dos serviços.

8. BIBLIOGRAFIA

1. Rocha MUB da. A Questão do Aborto no Brasil: o debate no Congresso. Estudos Feministas [Internet]. 1996;96(2):381–98. Available from: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16809/15400>
2. Rattner D. Humanização na atenção a nascimentos e partos: breve referencial teórico. Interface (Botucatu) [Internet]. 2008;4(Selected Edition):595–602. Available from: http://socialsciences.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000100035&lng=en&nrm=iso
3. Ibáñez S, del Mar M, Ciberactivismo EL, De NM, Soria M. El ciberactivismo: nuevo modelo de Relaciones Públicas en las ONGs. Icono 14 [Internet]. 2010;(17):17. Available from: http://www.icono14.net/revista/8-esp/17_icono17_mmarsoria.pdf
4. Carty V, Onyett J. Protest, Cyberactivism and New Social Movements: The Reemergence of the Peace Movement Post 9/11. Social Movement Studies [Internet]. 2006 Dec [cited 2013 Jun 2];5(3):229–49. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742830600991586>
5. Nunez Puente S. Feminist cyberactivism: Violence against women, internet politics, and Spanish feminist praxis online. Continuum. 2011 Jun;25(3):333–46.
6. Araújo WF. Ciberativismo: levantamento do estado da arte na pesquisa no Brasil. ABCiber [Internet]. 2010. p. 1–15. Available from: <http://150.162.39.1/simposio2011/index.php/simposio2011/2011/paper/view/193>
7. Bernardo da Silva TM, Bauer H, Assis MA. Ciberativismo E Comunidades Virtuais: Um Estudo Sobre O Movimento Anti-Globo. Revista Brasileira de Marketing [Internet]. 2012 Feb 14 [cited 2013 Jul 20];10(3):84–105. Available from: <http://www.revistabrasileirmarketing.org/ojs-2.2.4/index.php/remark/article/view/2264>
8. Santos FJA. O ciberativismo como ferramenta de grandes mobilizações humanas : das revoltas no Oriente Médio às ações pacíficas do Greenpeace no Brasil. Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação. 2011;5(1):1–7.
9. Junior RSS. Ciberativismo - a política 2.0 [Internet]. Universidade Estácio de Sá. 2010 [cited 2013 May 23]. p. 25. Available from: <http://www.scribd.com/doc/132068587/CIBERATIVISMO-A-POLITICA-2-0-Ronald-S-Stresser-Jr>

10. Schieck M. Ciberativismo: um olhar sobre as petições online [Internet]. [cited 2013 May 23]. p. 1–18. Available from: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schieck-monica-ciberativismo.pdf>
11. Milhomens L. MST , esfera pública e ciberativismo: um novo espaço para o debate. Conexões Midiáticas [Internet]. 2009;01(Julho-Dezembro):1–11. Available from: http://www.insite.pro.br/P%C3%A1ginas novas/mst_ciberativismo_milhomens.pdf
12. Pontes FT. Ciber militância: Internet como plataforma de comunicação e espaço social para as minorias [Internet]. [São Paulo]: USP; 2011. p. 20. Available from: <http://www.usp.br/celacc/ojs/index.php/blacc/article/view/371>
13. Nogueira MA. Riscos e Virtudes de Ciber militância. Revista do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal Fluminense [Internet]. Rio de Janeiro; 2001;(6):148. Available from: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/325/206>
14. Érico Gonçalves de Assis. Táticas lúdico-midiáticas no ativismo político contemporâneo [Internet]. [São Leopoldo]: Unisinos; 2006. p. 284. Available from: <http://pontomidia.com.br/erico/rodape/ericoassis-dissertacao.pdf>
15. Cavalcante RF. Ciberativismo: como as novas formas de comunicação estão a contribuir para a democratização da comunicação [Internet]. Media. [Lisboa]: Universidade Nova Lisboa; 2010. p. 69. Available from: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/5305/1/rebeca.pdf>
16. Bunn MC. O movimento de mulheres e as práticas políticas midiáticas – o caso do CFEMEA. Ciências Humanas em Revista [Internet]. 2007;5(número especial):41–54. Available from: http://www.nucleohumanidades.ufma.br/pastas/CHR/2007_3/maria_bunn_v5_ne.pdf
17. Moraes D de. O ativismo digital [Internet]. 2001. p. 1–13. Available from: http://bocc.unisinos.br/pag/_texto.php?html2=moraes-denis-ativismo-digital.html
18. Gomes W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. Revista Fronteiras - estudos midiáticos [Internet]. 2005;VII(3):214–22. Available from: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/democracia-digital-e-o-problema-da-participa%C3%A7%C3%A3o-civil-na-decis%C3%A3o-pol%C3%ADtica>
19. Osada NM, Costa MC da. Fazendo gênero na ciberdemocracia brasileira: a construção social dos telecentros, a democracia eletrônica e as relações de gênero. Argumentos de Razón Técnica [Internet]. 2007;(10):265–79. Available from: http://institucional.us.es/revistas/argumentos/10/art_15_rea10.pdf

20. Freire GMC de A, Santos PM dos, Bernardes MB, Rover AJ. O ciberativismo na construção da ciberdemocracia: análise do portal wikicidade de Porto Alegre. Simposio Argentino de Informática y Derecho [Internet]. Córdoba: ISSN: 1850-2814; 2011. p. 219–31. Available from: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-o-ciberativismo-na-constru%C3%A7%C3%A3o-da-ciberdemocracia-an%C3%A1lise-do-portal-wikicidade-de-por>
21. Lima MR de. O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária. Revista digital de biblioteconomia e ciência da informação [Internet]. 2012;0(2):124–9. Available from: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/518>
22. Morigi VJ, Krebs LM. As práticas informacionais e de acessibilidade do Greenpeace nas redes de mobilização social. Informação & Sociedade: Estudos [Internet]. 2012;22(3):1–14. Available from: <http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/14386>
23. Kaitatzi-Whitlock S. Web 2.0 Interactive: The rise of popular agency and its impact [Internet]. London School Economics. 1990. p. 1–21. Available from: <http://www2.lse.ac.uk/management/documents/Whitlock-paper.pdf>
24. Eugenia M, Rigitano C, Rigitano MEC. Redes e ciberativismo: notas para uma análise do centro de mídia independente [Internet]. 2003 [cited 2013 May 23]. p. 1–11. Available from: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rigitano-eugenia-redes-e-ciberativismo.pdf>
25. Medeiros PM de, Lordelo T da S. Ciberativismo e a influência da opinião pública sobre a esfera privada: os protestos contra o uso de peles na indústria da moda. Revista Geminis [Internet]. 2011;3(1):110–24. Available from: <http://www.revistageminis.ufscar.br/index.php/geminis/article/view/101>
26. Rotman D, Vieweg S, Yardi S, Chi EH, View M, Preece J, et al. From Slacktivism to Activism : Participatory Culture in the Age of Social Media. Online [Internet]. ACM; 2011;819–22. Available from: <http://portal.acm.org/citation.cfm?id=1979543>
27. Christensen HS. Political activities on the Internet: Slacktivism or political participation by other means? First Monday [Internet]. 2011;16(2):Online. Available from: <http://www.uic.edu/htbin/cgiwrap/bin/ojs/index.php/fm/article/viewArticle/3336/2767>
28. Breuer A, Farooq B. Online Political Participation: Slacktivism or Efficiency Increased Activism? ICA Annual Conference San Francisco, May 24-28 [Internet]. 2012. Available from: <http://ssrn.com/abstract=2179035>

29. McCafferty D. Activism vs. slacktivism. *Communications of the ACM* [Internet]. 2011 Dec 1 [cited 2012 Feb 6];54(12):17. Available from: <http://dl.acm.org/citation.cfm?doid=2043174.2043182>
30. Butler M. Clicktivism, slacktivism, or real activism cultural codes of american activism in the internet era [Internet]. University of Colorado; 2011. p. 100. Available from: <http://individual.utoronto.ca/christine/sources/clicktivism.pdf>
31. Karpf D. Online Political Mobilization from the Advocacy Group's Perspective: Looking Beyond Clicktivism. *Policy & Internet* [Internet]. 2010 Dec [cited 2011 Sep 15];2(4):7. Available from: <http://www.psocommons.org/policyandinternet/vol2/iss4/art2>
32. Costa AL da, Ziolkowski NE, Galli B, Viana P. Dossie sobre aborto inseguro para advocacy: o impacto da ilegalidade do abortamento na saude das mulheres e na qualidade da atenção à saúde reprodutiva em Campo Grande e Comumbá, Mato Grosso do Sul [Internet]. *aads.org.br*. Recife; 2010 [cited 2012 Sep 23]. p. 1–36. Available from: <http://aads.org.br/arquivos/dossieMS.pdf>
33. Dorfman L, Wallack L, Woodruff K. More than a message: framing public health advocacy to change corporate practices. *Health education & behavior : the official publication of the Society for Public Health Education* [Internet]. 2005 Jun [cited 2012 Aug 5];32(3):320–36; discussion 355–62. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15851542>
34. Obar JA, Zube P, Lampe C. Advocacy 2.0: an analysis of how advocacy groups in the United States perceive and use social media as tool for facilitating civic engagement and collective action. *Journal of Information Policy* [Internet]. 2012;2:1–25. Available from: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1956352
35. Fung A, Shkabatur J. Viral Engagement : Fast, Cheap, and Broad, but Good for Democracy? [Internet]. 2012. p. 1–27. Available from: <http://archonfung.net/docs/articles/2012/ViralEngagement5.pdf>
36. Kavada A. Engagement , bonding , and identity across multiple platforms : Avaaz on Facebook , YouTube , and MySpace. 2012;28–48.
37. Brito JAP. Cibercidadania: a virtualização na comunicação pública contemporânea.
38. Nicola R. Cibercidadania : e aí ? (Cyber Citizenship : What ' s up ?). *Program*. 2008;1–23.
39. Nicola R. Convergências das redes : nova fronteira para compreender a cibercidadania e o jornalismo on-line. (1).

40. Neuman WR, Bimber B, Hindman M. The Internet and Four Dimensions of Citizenship. Russell The Journal Of The Bertrand Russell Archives. 2010;(Castells 1996).
41. Marzochi SF. Imagens ou espelhos ? O ciberativista do Greenpeace. Sierra.
42. Bunn MC, Ufc S. Novas linguagens do Feminino na Organização Social do Poder Simbólico – o caso do CFEMEA. Movimentos Sociais, Participação e Democracia. 2007. p. 444–52.
43. Araújo WF, Freitas EC De. “Quanto custa mudar o mundo?” análise da dimensão discursiva do ciberativismo na WikiLeaks. Fronteiras – estudos midiáticos [Internet]. 2012 Aug 31 [cited 2013 Jul 20];14(2):110–20. Available from: http://www.unisinos.br/_diversos/revistas/ojs/index.php/fronteiras/article/view/2327
44. Marcondes V. Internet , democracia e participação popular: Discutindo experiências participativas. [Porto Alegre]: PUC RS; 2011. p. 234.
45. Marzochi SF. Cidadania cibernética como construção não-governamental: o cyberativismo do Greenpeace. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia [Internet]. Recife - PE; 2007. p. 1–19. Available from: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=535&Itemid=170
46. Ortiz A de AC. Opinião pública, enxames e contornos visíveis da esfera pública na Web. IV Encontro de Compolítica [Internet]. Rio de Janeiro: Compolítica - Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política; 2011. p. 1–25. Available from: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Anderson-Ortiz.pdf>
47. McNutt K. Will e-Governance and e-Democracy Lead to e-Empowerment? Gendering the cyber state. Federal Governance: a graduate journal of theory and politics. 2004;
48. SooHoo M. Citizens in Cyberspace: The internet’s impact on the american political system. 2001;
49. Suarez DF. Nonprofit Advocacy and Civic Engagement on the Internet. Administration & Society [Internet]. 2009 Mar 24 [cited 2011 Sep 23];41(3):267–89. Available from: <http://aas.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0095399709332297>
50. Li S. The online public space and popular ethos in China. Media, Culture & Society [Internet]. 2010 Jan 13 [cited 2011 Aug 2];32(1):63–83. Available from: <http://mcs.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0163443709350098>

51. Faculty E, Economics E. Strategic management of environmental decisions : the role of social , policy , and cognitive networks. 2010;
52. Mercea D. Digital prefigurative participation: The entwinement of online communication and offline participation in protest events. *New Media & Society* [Internet]. 2011 Dec 6 [cited 2011 Dec 8];0(0). Available from: <http://nms.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1461444811429103>
53. Gomes W. Internet e participação política em sociedades democráticas. *Revista FAMECOS*. 2005;27(agosto):58–78.
54. Dahlgren P. The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication* [Internet]. Routledge; 2005 Apr [cited 2012 Jul 14];22(2):147–62. Available from: <http://www.informaworld.com/openurl?genre=article&doi=10.1080/10584600590933160&magic=crossref>
55. Lilleker DG. Review Article: Politics, Citizens and Cyberspace. *European Journal of Communication* [Internet]. 2004 Aug [cited 2011 Oct 12];19:403–8. Available from: <http://ejc.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0267323104045272>
56. Castells M. A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política.
57. Lim WM, Ting DH. Social Marketing: Cyberactivism as an emerging social marketing paradigm for public policy, awareness and support. *Journal of Management*. 2011;3(2):201–17.
58. Baringhorst S. Political Protest on the Net. *Policy Studies*. 2008;(4):63–93.
59. Dincki S. Moveon and E-motion: the paradoz of cyberactivism in consumer society.
60. Lefèvre F, Lefèvre A, Madeira W. Hipertrofia das mediações, internet e empoderamento, no campo da saúde-doença. *Saude e sociedade* [Internet]. 2007 [cited 2012 Sep 23];149–57. Available from: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v16n3/14.pdf>
61. Zoller HM. Health Activism: Communication Theory and Action for Social Change. *Communication Theory* [Internet]. 2005 Nov [cited 2012 Feb 26];15(4):341–64. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1468-2885.2005.tb00339.x>
62. Joachim J. Framing Issues and Seizing Opportunities: The UN, NGOs, and Women’s Rights. *International Studies Quarterly* [Internet]. 2003 Jun;47(2):247–74. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1111/1468-2478.4702005>

63. Hess DJ. Social movements in health: an introduction. *Sociology of health illness* [Internet]. 2004;26(6):679–94. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15383036>
64. Gillett J. Media activism and Internet use by people with HIV/AIDS. *Sociology of Health and Illness* [Internet]. 2003 Sep [cited 2011 Jun 23];25(6):608–24. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12919448>
65. Taylor M, Das S Sen. Public Relations in Advocacy : Stem Cell Research Organizations ' Use of the Internet in Resource Mobilization. *Public Relations Journal*. 2010;4(4):1–22.
66. Greene J a, Choudhry NK, Kilabuk E, Shrank WH. Online social networking by patients with diabetes: a qualitative evaluation of communication with Facebook. *Journal of general internal medicine* [Internet]. 2011 Mar [cited 2011 Jul 25];26(3):287–92. Available from: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=3043192&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
67. Freeman B, Chapman S. British American Tobacco on Facebook: undermining Article 13 of the global World Health Organization Framework Convention on Tobacco Control. *Tobacco control* [Internet]. 2010 Jun [cited 2011 Nov 17];19(3):e1–9. Available from: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=2989160&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
68. Gajjala R, Zhang Y, Dako-Gyeke P. Lexicons of Women's Empowerment Online. *Feminist Media Studies* [Internet]. 2010 Mar [cited 2012 Oct 13];10(1):69–86. Available from: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14680770903457139>
69. Rothblum E. Where is the “Women”s Community?’ Voices of Lesbian, Bisexual, and Queer Women and Heterosexual Sisters. *Feminism & Psychology* [Internet]. 2010 Nov 24 [cited 2012 Feb 14];20(4):454–72. Available from: <http://fap.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0959353509355147>
70. Radin P. “To me, it’s my life”: medical communication, trust, and activism in cyberspace. *Social science & medicine* (1982) [Internet]. 2006 Feb [cited 2012 Oct 13];62(3):591–601. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16039031>
71. Tiefer L. Activism on the medicalization of sex and female genital cosmetic surgery by the New View Campaign in the United States. *Reproductive health matters* [Internet]. 2010 May [cited 2012 Feb 26];18(35):56–63. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20541084>

72. Correa S, Petchesky RP. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*. 1996;6(1/2):147–77.
73. Cruz FM da, Santos BL dos, Reis AF dos. Direitos reprodutivos, gênero e direitos humanos: afinal a quem interessa essa discussão, à democracia, à biomedicina, ou à mulher? *ANAIS DO ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS* [Internet]. 2011. p. 53–63. Available from: <http://periodicos.uems.br/novo/index.php/encontrointernacional/article/view/2491>
74. Hill BJ. Reproductive rights as health care rights [Internet]. *Columbia Journal of Gender and Law*. 2009. p. 50. Available from: <http://ssrn.com/abstract=1490073>
75. Sen G, Batliwala S. Empowering Women for reproductive rights. In: Presser HB, Sen G, editors. *Women's Empowerment and Demographic Processes - Moving beyond Cairo*. 1st ed. New York: Oxford University Press; 2000.
76. Gruskin S, Lago TDG, Tanaka A, Diniz SG, Vallongueiro S, Rosas C, et al. Mortalidade materna e direitos humanos no Brasil. *Mortalidade materna e direitos humanos no Brasil*. São Paulo; 2009. p. 92.
77. Diniz SG, d'Oliveira AFPL, Lansky S. Equity and women's health services for contraception, abortion and childbirth in Brazil. *Reproductive health matters* [Internet]. *Reproductive Health Matters*; 2012 Dec [cited 2013 Apr 24];20(40):94–101. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/23245414>
78. Diniz SG, Chacham AS. *Dossiê Humanização do Parto*. São Paulo; 2002.
79. Diniz SG. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciência & Saúde Coletiva* [Internet]. 2005 Sep [cited 2011 Nov 7];10(3):627–37. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000300019&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
80. Meyer DEE. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. *Gênero*. 2005;6(1):81–104.
81. Scavone L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. *Cadernos Pagu* [Internet]. 2001;(16):137–50. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
82. Oliveira JG da S. *Feminismo, direitos e subjetividades: a União de Mulheres de São Paulo*. 2008;1–15.

83. Scavone L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [Internet]. 2001 Feb;5(8):47–59. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832001000100004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt
84. Mayorga C. A questão do aborto em tempos de cólera. 2010;31–8.
85. Tornquist CS. O Parto Humanizado e a REHUNA. *Anais do II Seminário Nacional - Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. 2007. p. 145–60.
86. Carneiro RG. Cenas de parto e políticas do corpo: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado. Tese - Doutorado. Unicamp; 2011.
87. Badinter E. Um amor conquistado: o mito do amor materno. 1a. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1980. p. 268.
88. Crossley ML. Childbirth, Complications and the Illusion of ‘Choice’: A Case Study. *Feminism & Psychology* [Internet]. 2007 Nov 1 [cited 2012 Jul 18];17(4):543–63. Available from: <http://fap.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0959353507083103>
89. Malacrida C, Boulton T. Women’s Perceptions of Childbirth “Choices”: Competing Discourses of Motherhood, Sexuality, and Selflessness. *Gender & Society* [Internet]. 2012 Aug 8 [cited 2012 Sep 15];26(5):748–72. Available from: <http://gas.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0891243212452630>
90. Aristóteles. A POLÍTICA [Internet]. Ebook em domínio público; Available from: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/politica.pdf>
91. Rosado-Nunes MJ. Aborto, maternidade e dignidade da vida das mulheres. Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo direito de decidir; 2006. p. 23–40.
92. Pedro JM. A descriminalização do aborto: estranhas relações com lutas mais antigas. *Revista do Mestrado de História*. 2006;8:9–198.
93. Pimentel S, Villela W. Um pouco da história da luta feminista pela descriminalização do aborto no Brasil. *Cienc. Cult.* [Internet]. 2012;64(2):20–1. Available from: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252012000200010&lng=en&nrm=iso
94. Diniz D, Correa M. Aborto e saúde pública - 20 anos de pesquisas no Brasil. 2008. p. 315.
95. Aldana M. VOZES CATÓLICAS NO CONGRESSO: aborto, defesa da vida. *Estudos Feministas*. 2008;16(2):639–46.

96. Barsted L de AL. Em busca do tempo perdido - Mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. *Estudos Feministas*. 1994;2(2o. semestre):38–54.
97. Rohden F. Uma Ciência Da Diferença: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher [Internet]. Tese - Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2000. p. 412. Available from: http://teses.ufrj.br/PPGAS_d/FabiolaRohden.PDF
98. Machado M das DC. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 2012;7(janeiro-abril):25–54.
99. Santos NM dos. A “humanização” do parto em maternidades públicas de Goiânia: direitos reprodutivos e relações de poder. Tese - Mestrado. Universidade Federal de Goiás; 2009. p. 142.
100. Pereira AL de F, Moura MAV. Hegemonia e contra-hegemonia no processo de implantação da casa de parto no Rio de Janeiro. *Rev Esc Enferm USP*. 2009;43(4):872–9.
101. Carneiro RG. E onde ficam os direitos das mulheres no momento de dar à luz? Parir no Brasil: um problema de saúde pública. *Revista Direito Mackenzie*. 2012;5(2):227–37.
102. Notícias EM, Mar JANFE V, Fernando A. A polêmica da presença das doulas na hora do parto. *SAESP em notícias* [Internet]. 2013;1(Jan/Fev/Mar):3. Available from: http://www.saesp.org.br/sites/arquivos/downloads/jornal_saesp_jan_fev_mar_2013_portal.pdf
103. Santos ML dos. Humanização da assistência ao parto e nascimento. Um modelo teórico. 2002.
104. Mcnaught C, Lam P. Using Wordle as a Supplementary Research Tool. The qualitative report [Internet]. 2010;15(3):630–43. Available from: <http://www.nova.edu/ssss/QR/QR15-3/mcnaught.pdf>
105. Grudin J, Viégas FB, Wattenberg M. Tag Clouds and the Case for Vernacular Visualization. *Interactions*. 2008;(July + August).
106. Scanfeld D, Scanfeld V, Larson EL. Dissemination of health information through social networks: twitter and antibiotics. *American journal of infection control* [Internet]. Elsevier Ltd; 2010 Apr [cited 2013 Feb 27];38(3):182–8. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20347636>
107. Soha M. Networked, collaborative, and activist news communities online: a case study of Reddit and Daily Kos. University of Massachusetts Amherst; 2012. p. 147.

108. Agarwal N, Lim M, Wigand R. Finding her master's voice: the power of collective action among female muslim bloggers. ECIS 2011 Proceedings [Internet]. 2011. p. 14. Available from: <http://aisel.aisnet.org/ecis2011/74>
109. Gaffney D. #iranElection : Quantifying Online Activism. 2010;
110. Clough P, Sen B. Evaluating Tagclouds for Health-Related Information Research. 2008;1–7.
111. Hearst M a., Rosner D. Tag Clouds: Data Analysis Tool or Social Signaller? Proceedings of the 41st Annual Hawaii International Conference on System Sciences (HICSS 2008) [Internet]. Ieee; 2008 Jan;160–160. Available from: <http://ieeexplore.ieee.org/lpdocs/epic03/wrapper.htm?arnumber=4438863>
112. Kuo BY-L, Hentrich T, Good BM., Wilkinson MD. Tag clouds for summarizing web search results. Proceedings of the 16th international conference on World Wide Web - WWW '07 [Internet]. New York, New York, USA: ACM Press; 2007;1203. Available from: <http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=1242572.1242766>
113. Leung H. Tagxedo [Internet]. [cited 2013 Mar 22]. Available from: <http://www.tagxedo.com>
114. Viégas FB, Wattenberg M, Feinberg J. Participatory visualization with Wordle. IEEE Transactions on visualization and computer graphics. 2009;15(6):1137–44.
115. Monsore N. Discurso, biotecnociencia e bioética: análise dos discursos morais acerca de células-tronco em mídia de massa. Tese - Doutorado. 2012.
116. McGee RG, McGee LM. A picture is worth a thousand words. American journal of transplantation : official journal of the American Society of Transplantation and the American Society of Transplant Surgeons [Internet]. 2011 Apr [cited 2013 Jul 20];11(4):871–2. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21401873>
117. Tong A, Flemming K, McInnes E, Oliver S, Craig J. Enhancing transparency in reporting the synthesis of qualitative research: ENTREQ. BMC Medical Research Methodology [Internet]. BMC Medical Research Methodology; 2012 Jan [cited 2013 Mar 1];12(1):181. Available from: <http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=3552766&tool=pmcentrez&rendertype=abstract>
118. Verloo M. Mainstreaming gender equality in Europe. A critical frame analysis approach. The Greek Review [Internet]. 2005 Nov 8 [cited 2012 Aug 9];12(3):344–65. Available from: http://www.grsr.gr/pdf/117_11-34.pdf

119. Raunault V, Giasson T, Darisse C. Constitution of Representative and Reliable Web-based Research Samples: The Challenges of Studying Blogs and Online Socio-Political Networks. Canadian Political Science Association Conference. Carleton; 2009. p. 39.
120. Mota SP. Direitos Indígenas no Ciberespaço : A conectividade nas margens. 2010;15(1):22–42.
121. Pereira S. Os wannabees e suas tribos : adolescência e distinção na Internet. 2007;15(2):357–82.
122. Crosby ED. A quiver full of mommy blogs: Ideological subversion and reinforcement of mothering models online. 2011.
123. Alves NTT. A conversação cívica sobre a questão do aborto em redes sociais na internet [Internet]. Dissertação de Mestrado - Comunicação. [São Paulo]: Faculdade Cásper Líbero; 2011. p. 119. Available from: <http://www.casperlibero.edu.br/pesquisas/pesquisa/index.php/a-conversacao-civica-sobre-a-questao-do-aborto-em-redes-sociais-na-internet,96.html>
124. Albuquerque FMF De, Pereira RDCDF, Bellini CGP. Do repertório de comportamentos do consumidor: retaliação e vingança no ciberespaço. Revista de Administração [Internet]. 2011 Apr 31 [cited 2012 Feb 11];46(2):135–49. Available from: http://www.rausp.usp.br/busca/artigo.asp?num_artigo=1421
125. Fernanda N, Lopes A. POLÍTICA NA REDE : Papel das redes sociais da internet na campanha eleitoral para a Presidência da República no Brasil em 2010. IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR. Belo Horizonte; 2011. p. 47.
126. Irving CJJ, English LMM. Community in Cyberspace: Gender, Social Movement Learning, and the Internet. Adult Education Quarterly [Internet]. 2010 Sep 1 [cited 2011 Aug 19];61(3):262–78. Available from: <http://aeq.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0741713610380448>
127. Royal C. Framing the Internet: A Comparison of Gendered Spaces. Social Science Computer Review [Internet]. 2007 Dec 3 [cited 2012 Aug 5];26(2):152–69. Available from: <http://ssc.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0894439307307366>
128. Pitts V. Illness and Internet empowerment: Writing and reading breast cancer in cyberspace. Health [Internet]. 2004 Jan;8(1):33–59. Available from: <http://www.scopus.com/inward/record.url?eid=2-s2.0-0842333918&partnerID=40&md5=d3de431f8c0030ef1340854d46bac4ad>
129. Haas SM, Irr ME, Jennings NA, Wagner LM. Communicating thin: A grounded model of Online Negative Enabling Support Groups in the pro-anorexia movement. New Media & Society [Internet]. 2010 Oct 12 [cited

2011 Sep 11];13(1):40–57. Available from:
<http://nms.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/1461444810363910>

130. Montardo S, Passerino L. Implicações de redes temáticas em blogs na Análise de Redes Sociais (ARS): estudo de caso de blogs sobre autismo e síndrome de Asperger. *Interface-Comunicação, Saúde, ...* [Internet]. 2010 [cited 2012 Sep 23]; Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832010005000017&script=sci_abstract&tlng=es
131. Miller AC. “Midwife to Myself”: Birth Narratives among Women Choosing Unassisted Homebirth*. *Sociological Inquiry* [Internet]. 2009 Feb [cited 2012 Jul 16];79(1):51–74. Available from: <http://doi.wiley.com/10.1111/j.1475-682X.2008.00272.x>
132. Hvizdak E. Creating a web of attribution in the feminist blogosphere. *International Journal of Internet Research Ethics* 1.1. 2008;1(1):20.
133. Leggatt-Cook C, Chamberlain K. Blogging for weight loss: personal accountability, writing selves, and the weight-loss blogosphere. *Sociology of health & illness* [Internet]. 2011 Dec 8 [cited 2012 Jul 28];xx(x):1–15. Available from: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22150320>
134. Banyai M, Glover TD. Evaluating Research Methods on Travel Blogs. *Journal of Travel Research* [Internet]. 2011 Jun 8 [cited 2012 Jul 27];51(3):267–77. Available from: <http://jtr.sagepub.com/cgi/doi/10.1177/0047287511410323>
135. Dutra IL. Parto Natural, Normal e Humanizado: a polissemia dos termos e seus efeitos sobre a atenção ao parto [Internet]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; 2005. p. 0–146. Available from: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6067>
136. Dutra IL, Meyer DEE. Parto natural, normal e humanizado: termos polissêmicos. *Revista Gaúcha de Enfermagem*. 2007;28(2):215–22.
137. Católicas pelo direito de decidir - Objetivos. Available from: <http://www.catolicasonline.org.br/institucional/objetivos.asp>
138. Cardoso B, Semiramis C, Moreno T, Frô M. Blogueiras Feministas [Internet]. 2010 [cited 2013 Apr 11]. Available from: <http://blogueirasfeministas.com/about/>